



UESB – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE ECONOMIA

VALMIR SOUZA SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE ATENÇÃO AO IDOSO
PARA A DINÂMICA DA ECONOMIA DE VITÓRIA DA
CONQUISTA**

Vitória da Conquista
2009

VALMIR SOUZA SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE ATENÇÃO AO IDOSO
PARA A DINÂMICA DA ECONOMIA DE VITÓRIA DA
CONQUISTA**

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Gildásio Santana Junior

Vitória da Conquista
2009

VALMIR SOUZA SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE ATENÇÃO AO IDOSO
PARA A DINÂMICA DA ECONOMIA DE VITÓRIA DA
CONQUISTA**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Gildásio Santana Júnior
Orientador

Prof. Wesley Gusmão Piau Santana
Examinador

Prof. José Antônio G. dos Santos
Examinador

Vitória da Conquista, ____ de agosto de 2009.

Dedicatória

Dedico este trabalho aos idosos e amigos que me deram o incentivo para seguir adiante e não desanimar.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Gildásio, meu orientador e amigo que de forma altruísta e didática conseguiu incentivar-me á superar minhas dificuldades e concluir este trabalho e o curso de economia.

Ao Prof. José Antonio pela singular capacidade de valorização do aluno como ser humano carente de motivação.

Aos professores que tive durante o curso, que transmitiram seus conhecimentos, qualificando minha formação acadêmica e profissional.

Aos colegas de curso, pela convivência e troca de conhecimento, me proporcionando enriquecedor crescimento pessoal.

Aos amigos que sempre acreditaram no meu sucesso e aguardaram com motivadora expectativa.

Aos idosos de Vitória da Conquista, em especial os do Albergue Nosso Lar que me transmitiram uma verdadeira lição de vida, transformando-me em um ser mais humano.

A Dina, Camille, Tarcisio, Raiza, Valmir Junior, Mãe e irmãos que me sustentaram o ânimo durante o curso, com muito amor e dedicação.

A Deus por me presentear uma vida com todos que citei acima e muito mais.

Muito obrigado !

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Art. 3º do Estatuto do Idoso

SANTOS, Valmir Souza. **A importância do sistema de atenção ao idoso para a dinâmica da economia de Vitória da Conquista**. 2008. 73 f.. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Departamento de Ciências Sociais Aplicadas - DCSA, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2008.

RESUMO

A partir do atual contexto de desenvolvimento econômico e a observância do envelhecimento, gradual e inevitável da população no Brasil, tornou-se importante objeto de estudo a análise da expressividade do sistema de atenção ao idoso para a dinâmica econômica. O objetivo desta investigação foi identificar as partes constituintes do serviço de atenção aos idosos em Vitória da Conquista; especificamente, entender a operacionalidade do mesmo, destacando sua importância econômica para a cidade. A problemática consistiu em compreender qual a relação entre o sistema de atenção ao idoso e a economia do município como um todo. A hipótese utilizada considerou que a renda da pessoa idosa contribui de maneira importante para a dinâmica da cidade. O referencial teórico empregado para responder à problemática foram os conceitos de transição demográfica, o multiplicador monetário keynesiano, os fluxos econômicos e o comportamento dos agentes econômicos. Os procedimentos metodológicos foram pesquisa exploratória, estudo de caso na instituição União Espírita de Vitória da Conquista, observação direta, entrevistas, questionários e análise de demonstrativos contábeis, que demonstraram quantos empregos diretos são gerados pelo sistema de atenção ao idoso, qual montante é injetado na economia local, como está se tornando importante para o município identificar tais benefícios e como ajustar as políticas públicas para melhorar os serviços ofertados a este segmento que agora é identificado como tão importante para o planejamento e sustentação da estrutura social.

Palavras-chave: idoso; transição demográfica; economia; Vitória da Conquista.

SANTOS, Valmir Souza. **The importance of the aged one attention system to Vitória da Conquista's dynamics economy**. 2008. 73 p. Completion of Course Work (Economy Graduation) – Center of Applied Social and Business Sciences, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2008.

ABSTRACT

From the current context of economic development and with the aging, gradual and inevitable population in Brazil, has become an important object of study to examine the expressiveness of the system of care to the elderly for economic dynamics. The objective of this research was to identify the constituent parts of the service of care for the elderly in Vitória da Conquista, specifically, to understand the operation of it, emphasizing its importance. The problem was to understand what the relationship between the system of care to the elderly and the economy of the city as a whole. The hypothesis held that the use of income elderly contributes significantly to the dynamics of the city. The theoretical framework used to answer the question were the concepts of demographic transition, the Keynesian money multiplier (which explains the disposable income), the flows and economic behavior of economic agents. The methodological procedures were exploratory research, case study in the institution Spiritist Union of Vitória da Conquista, direct observation, interviews, questionnaires and analysis of financial statements, which showed quant1080s direct jobs are generated by the system of care for the elderly, which amount is injected in local economy, as is becoming important for the council identify these benefits and how to adjust public policies to improve services offered to this segment which is now identified as important for planning and sustaining the social structure.

Key-words: aged; demographic transition; economy; Vitória da Conquista.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – ORGANOGRAMA DO SISTEMA DE ATENÇÃO AO IDOSO EM VITORIA DA CONQUISTA.....	39
Figura 2 – Fluxo da renda promovida pelos idosos.....	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Crescimento acumulado da população e do PIB no Brasil: 1900-2000.....	1
		9
Gráfico 2	Crescimento relativo de 3 grupos etários no Brasil: 1950-2050.....	2
		1
Gráfico 3	Transição demográfica no Brasil.....	2
		2
Gráfico 4	Pirâmides etárias brasileiras: 1950, 1980, 2000 e 2050.....	2
		3

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População residente X População idosa.....	26
Tabela 2	Estrutura administrativa do Plantão Social da PMVC (2009).....	38
Tabela 3	Benefícios pagos pelo INSS em Vitória da Conquista – out/2008.....	38
Tabela 4	Estrutura administrativa do Programa Vivendo a Terceira Idade (2009).....	39
Tabela 5	Estrutura administrativa do CREAS Vitória da Conquista.....	40
Tabela 6	Estrutura administrativa da Instituição Comunidade Anuncia-me.....	41
Tabela 7	Estrutura administrativa da UEVC no Albergue Nosso Lar (2007).....	42
Tabela 8	Fontes de recursos do Albergue Nosso Lar em 2007.....	43
Tabela 9	Despesa total do Albergue Nosso Lar em 2007.....	43
Tabela 10	Dados obtidos a partir do questionário aplicado nas farmácias.....	47
Tabela 11	Comparativo anual de repasse de recursos.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

OMS	Organização Mundial da Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
PNI	Política Nacional do Idoso
PNDS	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio
CEMERF	Centro Especializado em Reabilitação Física
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
BPC	Benefício de Pagamento Continuado
CREAS	Centro de Referência Especializada em Assistência Social
DEAM	Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
SESC	Serviço Social do Comércio
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

agradecimentos.....	5
LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE GRÁFICOS.....	11
LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS.....	13
SUMÁRIO.....	14
<u>CAPITULO I – O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL.....</u>	<u>19</u>
<u>CAPITULO II – Os idosos como sujeitos econômicos plenos.....</u>	<u>29</u>
<u>2 CAPITULO III – Impactos Financeiros dos serviços de atenção ao idoso na economia de Vitória da Conquista.....</u>	<u>48</u>
<u>CAPITULO IV – Desafios e Perspectivas do Sistema de atenção ao Idoso em Vitória da Conquista.....</u>	<u>60</u>
<u>3 CONCLUSÃO.....</u>	<u>62</u>
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICES.....	71

INTRODUÇÃO

No Brasil, uma pessoa é considerada idosa quando atinge a idade de 60 anos. Seguindo este conceito, as pesquisas revelaram que, no período de 1991 a 2000, o número de idosos no país cresceu 17%. Isto significa que a população está envelhecendo em tal ritmo, que as projeções do IBGE (2000) prevêm um aumento do contingente populacional idoso para 13% até 2020 (GUIMARÃES, 2006, p. 169).

O envelhecimento da população brasileira é reflexo do aumento da expectativa de vida e da queda na taxa de mortalidade devido ao avanço no campo da saúde e à redução da taxa de natalidade. Prova disso é a participação dos idosos com 75 anos ou mais no total da população. Em 1991, eles eram 2,4 milhões (1,6%) e, em 2000, 3,6 milhões (2,1%), um crescimento de aproximadamente 50% em 10 anos (IBGE, 2000). Este processo é conhecido na teoria como transição demográfica. (ALVES E BRUNO, 2006, P. 01) No Brasil, esta transição está associada à diminuição da proporção de jovens, imediato crescimento da população adulta e posteriormente um crescimento da população idosa.

Segundo Alves e Bruno (2006), “Esta nova realidade abre várias janelas de oportunidades para as políticas públicas e para a redução da pobreza. Mas ao mesmo tempo, apresenta um desafio para as políticas macroeconômicas do país”.

Por exemplo, Camarano (2002), considera que o crescimento não monitorado da massa populacional idosa acarretaria, em um primeiro momento, uma sobrecarga do sistema previdenciário. Depois seria a vez do sistema de saúde pública que, atualmente já ineficiente, também enfrentaria dificuldades em atender a uma demanda tão grande, uma vez que os idosos têm sistema imunológico mais comprometido, tornando-o mais suscetível à doenças oportunistas..

Em termos regionais, desde 1970, a Bahia vem registrando um declínio na taxa de fecundidade e, aliado ao crescimento na expectativa de vida em 11,4 anos, é considerado o único estado das regiões Norte e Nordeste a alcançar o patamar de longevidade que mais se aproxima da média nacional que é de 71,7 anos.

Segundo Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, a Bahia possui uma população de 1.077.901 habitantes idosos em 2006, correspondendo a 7,73% da população do Estado.

Vitória da Conquista, terceira maior cidade da Bahia, em termos populacionais abriga aproximadamente 2,1% da população baiana, possui a terceira população de pessoas idosas do estado em termos absolutos e ocupa o 5º município bahiano em porcentagem de idosos no contingente populacional.

Esse extrato da pirâmide etária/social tem-se tornado um assunto cada vez mais pertinente em debates nos mais diversos âmbitos (governamentais, civis e jurídicos), indicando a necessidade de se avaliar a participação do segmento idoso na economia local.

O potencial de desenvolvimento econômico de um país, geralmente, é medido a partir de suas incursões no campo tecnológico e sua taxa populacional economicamente ativa, ou seja, situada na fase adulta da vida. A questão então seria se um envelhecimento gradual da população brasileira significaria, a médio e longo prazo a diminuição do potencial produtivo do país Ou que a nova configuração etária do país contribuirá para o surgimento de uma nova classe de consumidores e investidores com 60 anos ou mais, com capital acumulado e demandas diferenciadas, requerendo, cada vez mais, superação dos avanços tecnológicos em várias esferas da sociedade e a concretização de novos mercados?

Apesar de a ciência econômica postular que a diminuição da população adulta contribui para a diminuição do potencial produtivo de um país, percebe-se ao longo desse trabalho que a população idosa deve ser visto como um agente econômico ativo, como instrumento de distribuição de renda, poupador e investidor, sem contar seu potencial de consumo de novos produtos e novas tecnologias. Ou seja, os idosos não podem ser vistos como agentes econômicos importantes?

A pesquisadora Camarano (2002) indica que é necessário mudar a opinião da sociedade para que o envelhecimento não seja encarado como um tormento, mas uma etapa importante da vida. (apud AUGUSTO, 2008, p. 2)

Guimarães (2005) alerta que o envelhecimento populacional acarreta uma série de implicações, nas mais distintas esferas da sociedade - econômica, de organização social, política, dentre outras, incorrendo em grandes desafios e redirecionamentos no tocante às políticas sociais. (GUIMARÃES, 2005, p. 170)

Diante dos fatos expostos anteriormente, nosso objetivo é identificar as partes constituintes do serviço de atenção aos idosos em Vitória da Conquista. E

visamos entender a operacionalidade do mesmo, destacando sua importância. A problemática será compreender qual a relação entre o sistema de atenção ao idoso e a economia local como um todo. A nossa hipótese é de que a renda da pessoa idosa reflete em uma importante variável que contribui para a dinâmica da cidade.

O referencial teórico utilizado para responder à problemática foram os conceitos da macroeconomia e microeconomia. Da macroeconomia utilizamos os conceitos de renda disponível, multiplicador de gastos e fluxos econômicos; no que diz respeito à microeconomia, utilizamos os conceitos que explicam o comportamento dos agentes econômicos, no caso os consumidores, que no estudo de caso, escolhemos a faixa etária da população composta pela pessoa idosa.

O aporte metodológico desta pesquisa monográfica foi dividido em duas fases: inicialmente foi realizada uma pesquisa exploratória, visando identificar as partes componentes do sistema de atenção ao idoso em Vitória da Conquista utilizando, para tanto, os seguintes procedimentos:

- Leitura de obras de referência, tais como os o Estatuto do Idoso, a Política Nacional do Idoso e dados do IBGE (censo demográfico e PNAD);
- Coleta de dados através de séries históricas que indicavam a evolução das faixas etárias brasileiras fornecidas pelo IBGE;
- Leitura de artigos, tais como os da Revista Eletrônica Idade Ativa, Jornal Vivência, nos Cadernos de Saúde Pública e em meio eletrônico, tais como o artigo de Guimarães sobre Envelhecimento Populacional e Oportunidades de Negócio;
- Observação direta das instituições que compõem o sistema de atenção ao idoso em Vitória da Conquista durante o período de 2008 para verificação do comportamento dessas instituições no tocante a quantidade de postos de trabalhos gerados e outras informações relevantes á comprovação da hipótese que pretendemos comprovar;

Em um segundo momento, a partir dos dados levantados, foi realizado um levantamento na instituição União Espírita de Vitória da Conquista que possui em seu departamento de assistência social uma Instituição de Longa Permanência de Idosos, denominada Albergue Nosso Lar, devido ser uma organização representativa do sistema de atenção do idoso de Vitória da Conquista, objetivando

apresentar informações sobre suas rotinas operacionais para melhor conhecer o funcionamento da instituição, suas demandas e sua interface com a economia local.

O Estudo de Caso utilizou a observação direta, entrevistas, aplicação de questionários e análise de demonstrativos contábeis e balanços publicados.

A estrutura básica desta monografia consiste, em um primeiro momento, na explanação teórica acerca da essência sobre "o que é ser idoso", limitando a área de atuação e definindo os parâmetros do objeto de trabalho, estabelecendo o foco de estudo para o território identidade Vitória da Conquista. Faz-se, de maneira geral, uma contextualização, preparando o leitor para os demais capítulos.

Já no segundo capítulo sobressai a idéia de especificar os sistemas direta ou indiretamente relacionados com políticas de assistência aos idosos; então, desde a discriminação de quais os setores mais amplamente utilizados pelos idosos, até a enumeração dos principais centros de atendimento à pessoa idosa, a intenção é mostrar a influência dos idosos na economia, em seus diversos setores.

Os dois capítulos seguintes serão responsáveis pela apresentação da representatividade da pessoa idosa na economia, especificamente, na cidade de Vitória da Conquista, com suas implicações e projeções, figurando idéias baseadas em pesquisas realizadas por estudiosos como Guimarães (2005).

CAPITULO I – O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

1.1 QUEM É CONSIDERADO IDOSO?

O IBGE considera idosas as pessoas com 60 anos ou mais, com base na Lei nº. 8.842/94, que dispõe sobre a política nacional do idoso, mesmo limite de idade considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para os países em desenvolvimento.

Como expressou D. Paulo Evaristo Arns, “o ancião tem o direito de evocar o seu passado e de sorrir pensando em seu futuro” (ARNS apud PORTO, 2004, p. 01). Mas, o fato é que, qualquer que seja a mudança na estrutura da sociedade ou em qualquer um de seus extratos, ainda que ideologicamente, o reflexo na economia é imediato, necessitando assim que, para uma garantia eficiente dos direitos dos idosos, seja feita um estudo com projeções econômicas para que, como disse Mayla Porto (2004), as medidas tomadas em prol da pessoa idosa sejam pensadas “não apenas para os que estão velhos, mas àqueles que vão envelhecer.”

O envelhecimento da população influencia no crescimento econômico, investimentos e consumo, mercado de trabalho, transferência de capital e propriedades, pensões e impostos, assim como, na assistência prestada de uma geração a outra. O envelhecimento da população também afeta a saúde e a assistência médica, a composição e organização da família, a casa e as migrações.

(PORTO, 2004, p. 02)

1.2 O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

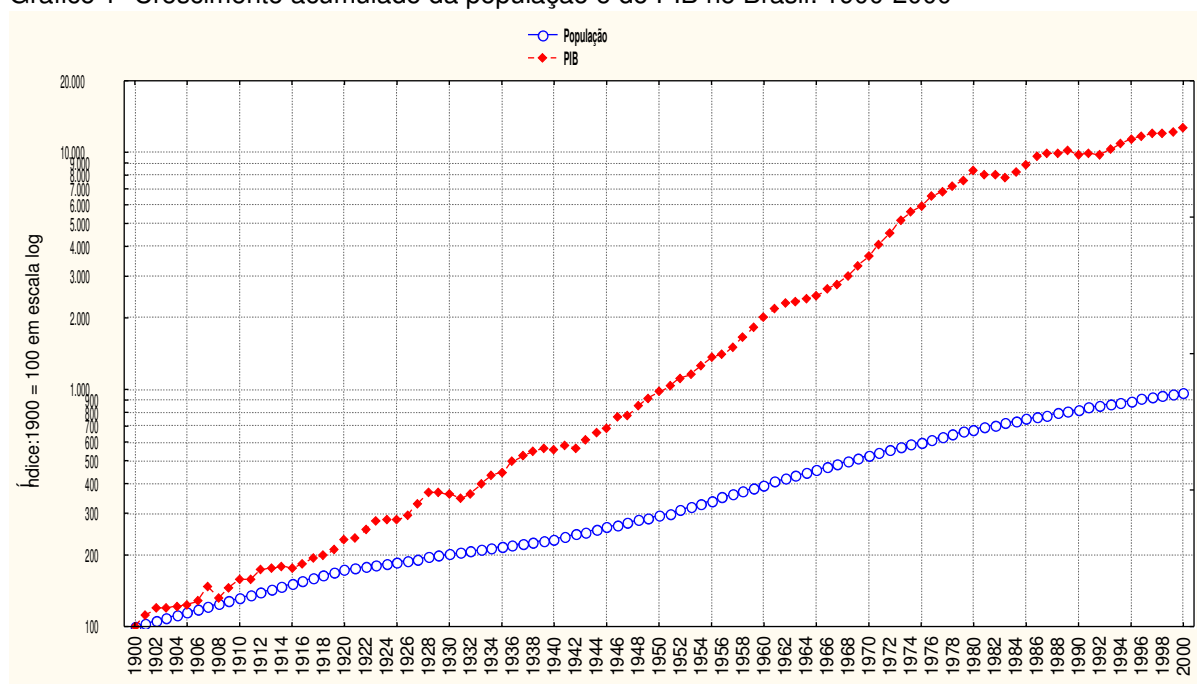
Seguindo a tendência mundial, o Brasil também apresenta crescimento significativo da porcentagem de idosos nos últimos anos, decorrente, principalmente, de uma queda de 33% da taxa de fecundidade entre as décadas de 60 e 80, que

reduziu o ingresso de pessoas jovens na composição da população brasileira, e principalmente pela melhoria da qualidade de vida, da urbanização do país, elevando no mesmo período a expectativa de vida do brasileiro em 8 anos. (VERAS, 2003, p. 706) fator este que consideramos como o principal causador do envelhecimento populacional.

Considerando a população e crescimento econômico durante o século XX percebe-se que no início do século XX, o Brasil possuía uma dimensão populacional menor do que a de muitos países da Europa; contudo, no final do mesmo século, alcançou taxas populacionais superiores.

O gráfico 1 mostra que a população brasileira cresceu cerca de 10 vezes, passando de pouco mais de 17 milhões em 1900 para 170 milhões de habitantes em 2000, contrariando as previsões pessimistas dos pensadores malthusianos.

Gráfico 1- Crescimento acumulado da população e do PIB no Brasil: 1900-2000



Fonte: Estatísticas do século XX, IBGE (2002) e IPEADATA (www.ipeadata.gov.br) - apud Alves e Bruno (2006)

O alto crescimento populacional não inviabilizou o elevado crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). A elevação exponencial do PIB (cresceu cerca de 127 vezes em 100 anos) e o alto crescimento demográfico colocaram o Brasil entre os 5

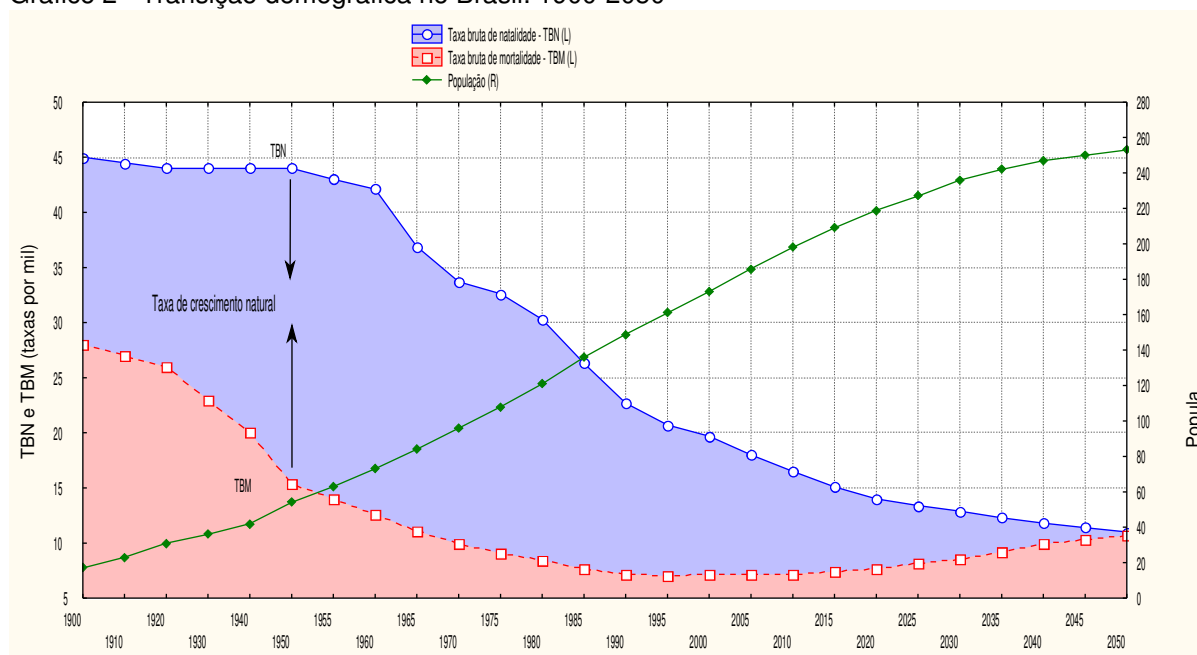
maiores países em número de habitantes e entre as 10 maiores economias do mundo, no final do século XX. (ALVES E BRUNO, 2006)

Tal crescimento, acompanhado do crescimento exponencial do PIB demonstram que as previsões econômicas podem carregar certo grau de incerteza, por não levarem em consideração que algumas variáveis poderão sofrer mudanças significativas, contrariando as expectativas apontadas em um primeiro momento, como aconteceu com as previsões malthusianas sobre crescimento populacional e a produção. Processo semelhante poderá acontecer com a demografia mundial.

A transição demográfica representa um processo de redução de taxas de natalidade e mortalidade, sendo que esta diminui mais rápido que aquela, causando um período de aumento do crescimento vegetativo e, portanto, de crescimento populacional vertiginoso. Esse termo utilizado em demografia ajuda a entender ao mesmo tempo dois fenômenos: explica, em primeira instância, porque o crescimento da população mundial se disparou nos últimos 200 anos (passando de 1 bilhão de habitantes no ano 1800 aos 6,5 bilhões na atualidade); e, em segundo lugar, descreve o período de transformação quando uma sociedade pré-industrial (caracterizada para ter umas taxas de natalidade e de mortalidade altas) passa à condição de uma moderna ou pós-industrial (caracterizada por ter ambas as taxas baixas). (WIKIPÉDIA, 2009)

A transição demográfica é fruto de diversos determinantes sociais, econômicos e culturais que não podem ser resumidos em poucas linhas. Existe uma ampla literatura no Brasil (ALVES & BRUNO, PAULO M. SAAD, GUIMARÃES) que explica as determinantes da redução das taxas de mortalidade e fecundidade como resultado de transformações estruturais e institucionais ocorridas nos planos macro e micro e que influenciaram as relações intergeracionais e de gênero.

Gráfico 2 - Transição demográfica no Brasil: 1900-2050

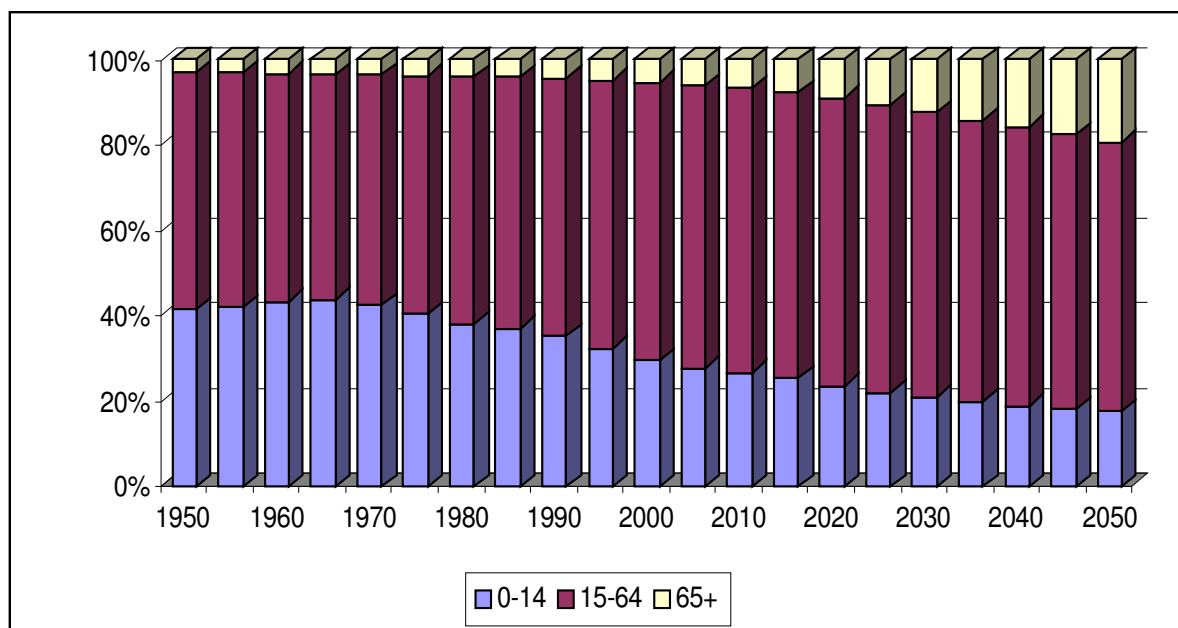


Fonte: IBGE e ONU - www.esa.um.org/unpp - visitado em 18 de janeiro de 2006

Um dos efeitos da transição demográfica com implicações importantes para as políticas sociais e econômicas é a alteração da estrutura etária da população que deixará de ser predominantemente jovem para iniciar um progressivo processo de envelhecimento.

Tomamos por exemplo que, na década de 90, o número de idosos no Brasil cresceu 17%. Em 1991, correspondia a 7,3% da população brasileira e hoje são 14,5 milhões de pessoas, 8,6% da população total do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), que fez também projeções, segundo as quais, a proporção de pessoas com 60 anos na sociedade brasileira aumentará para 13 % em 2020 e subseqüentemente para aproximadamente 25% no ano de 2050, quando chegará a 64 milhões de pessoas (IBGE, 2000, apud GUIMARÃES, 2006, p. 169), tendência observada no gráfico 2.

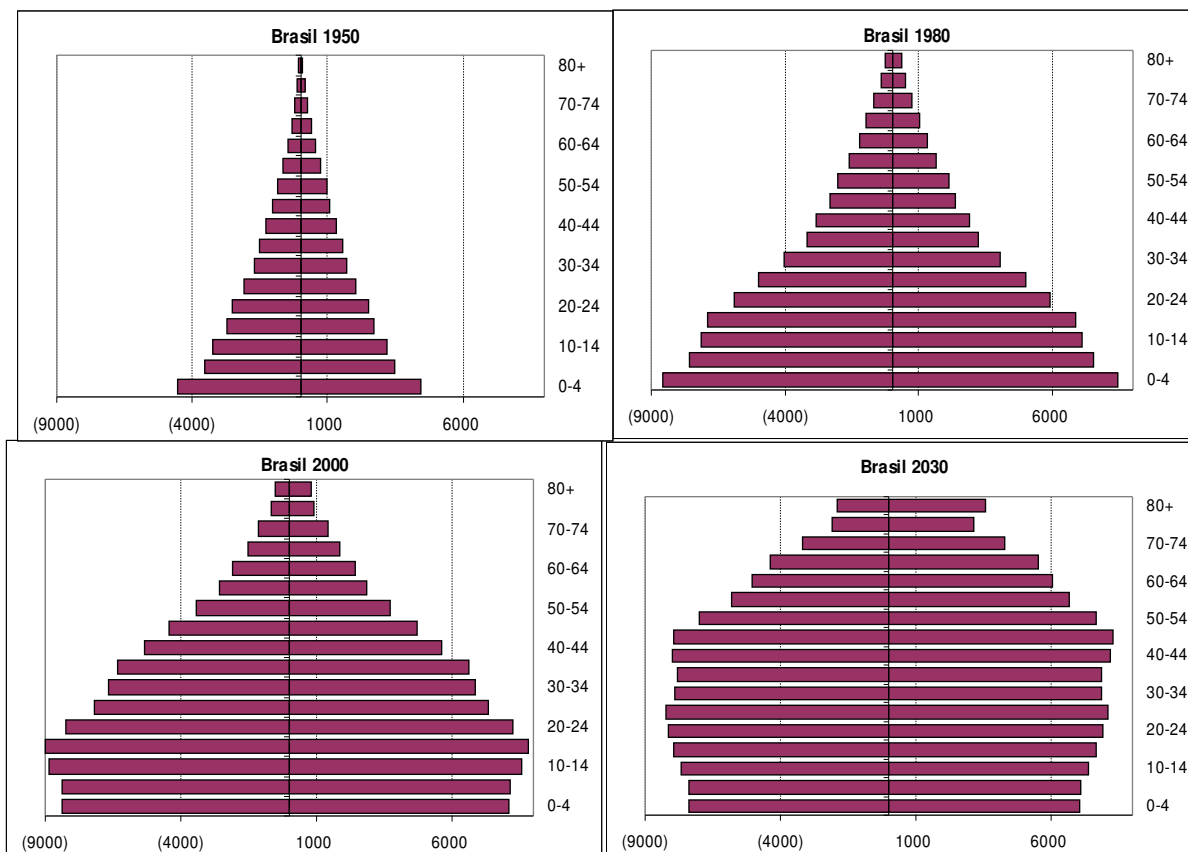
Gráfico 3 - Crescimento relativo de 3 grupos etários no Brasil, 1950-2050



Fonte: ONU - <http://esa.un.org/unpp>.

Camarano (2004, apud AUGUSTO, 2004, p. 02), demógrafa e socióloga, avalia que estamos caminhando para ser uma população envelhecida, representando para a pirâmide demográfica um envelhecimento pela base, ou seja, aumenta a quantidade de idosos porque diminui a quantidade de jovens na base, ainda que suas considerações pessoais avaliem o envelhecimento pelo topo como o movimento mais importante, caracterizando-o como o envelhecimento dentro da própria faixa etária da pirâmide, resultado de uma queda de mortalidade e aumento da expectativa de vida. Tal situação pode ser visualizada nos gráficos abaixo, que retratam a composição etária do Brasil em quatro momentos diferentes:

Gráfico 3 - Pirâmides etárias brasileiras: 1950, 1980, 2000 e 2050



Fonte: ONU - <http://esa.un.org/unpp>.

Camacho (2005) afirma que, sendo o Brasil o sexto país do mundo em população idosa, em 2020, quando a população com mais de 60 anos representará mais de 15% da população total, terá o desafio de garantir a todos o atendimento para manutenção da qualidade de vida, principalmente o direito básico para a população de baixa renda e sem escolarização. Ela complementa ainda ao dizer que "Isso é difícil num país que tem outros problemas sociais grandes, como o das minorias pobres, dos remanescentes de quilombos, dos índios e da infância e adolescência". (CAMACHO, 2005, p. 01)

Lopes (1999), Secretária Nacional de Assistência Social, faz questão de evidenciar a importância do envelhecimento da população, enquanto indicativo do aperfeiçoamento tecnológico e da melhoria das condições de vida, alertando, entretanto, da necessidade de uma política que atenda às carências da população idosa, pensando em seu futuro. (LOPES apud MENDONÇA, 1999, p. 01).

Essa mudança etária vem sendo tratada pela sociedade brasileira como mais uma obscura curiosidade científica, interessando somente à comunidade de

demógrafos e de outros especialistas. O fenômeno, bem como suas implicações, continua sendo ignorados por boa parte da opinião pública, não sendo levados em consideração quando na redefinição das políticas sociais. (MARTINE, CARVALHO e ÁRIAS, 1994, apud ALVES e BRUNO, 2006, p. 06)

As pessoas de 60 anos e mais – critério para a classificação de “pessoa idosa” segundo a Lei nº. 8.842/94 – vêm ocupando espaço na pirâmide demográfica e nas discussões sobre as políticas públicas (gráfico 3), principalmente no âmbito das ações que dizem respeito à forma com que a assistência social vem sendo realizada atualmente. Fato esse que vem causando preocupações, pois as atuais políticas relacionadas a este contingente populacional têm encontrado entraves para sua implementação, como evidenciou Mendonça (1999), ao escrever que:

Na sociedade moderna as Políticas Públicas, destinadas à população idosa, encontram dificuldades para sua implementação e apontam duas atitudes: a primeira, negativa, é de desgaste, de enfraquecimento e de discriminação; a segunda, positiva, é de maturação, de experiência e de acréscimo do conhecimento, sabedoria e sensibilidade.

(MENDONÇA, 1999, p. 01)

A autora ressalta a importância das Políticas Governamentais de Atenção à Velhice no âmbito da Assistência Social, pois acredita que o envelhecimento faz parte do ciclo de vida do ser humano, assim como a infância e a juventude, um processo natural e dinâmico, e não como uma doença.

Ao reconhecer o envelhecimento como um processo inevitável e irreversível, as condições crônicas e incapacitantes, que normalmente acompanham esse processo, podem ser prevenidas ou retardadas não só através de intervenções da área médica, mas também da social, econômica e ambiental.

(MENDONÇA, 1999, p. 01)

Avalia ainda a existência de duas perspectivas no âmbito das políticas públicas, uma sendo a formulação de políticas feitas de benefícios, serviços, programas e projetos que objetivem a melhoria das condições de vida e cidadania dos idosos; a segunda seria a inclusão do idoso no processo de formulação,

realização e efetivação de tais políticas.

A pesquisadora ainda acrescenta que, ao se pensar em mudanças na Política Nacional do Idoso (PNI), é necessário focar três pressupostos, sendo esses: parceria com a família, a sociedade e o Estado, articulação intra-estatal e co-financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos das três esferas de governo e pelos ministérios setoriais.

No que tange ao primeiro pressuposto a PNI tem como princípio que corresponde "a família, a sociedade e o Estado que têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos de cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem estar e o direito à vida". Portanto, é necessário frisar que a "questão do idoso" não diz respeito somente ao Estado. A ação do Estado por si só não é suficiente se não levar em conta a participação e a parceria da sociedade no enfrentamento dos principais problemas que atingem esse segmento social.

(MENDONÇA, 1999, p. 02)

Camarano indica que é necessário mudar a opinião da sociedade para que o envelhecimento não seja encarado como um tormento, mas uma etapa importante da vida. (AUGUSTO, 2008)

A situação da transição demográfica foi observada também nos Estados como podemos analisar os dados da Bahia.

1.3 O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BAIANA, COM ENFOQUE EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Ao observarmos os fenômenos relacionados à questão do envelhecimento populacional especialmente na Bahia, constatamos que na década de 70 foram registradas taxas de fecundidade de 7,2 filhos/mulher, declinando para 3,6 na década de 90, alcançando 2,5 em 2000, o que significa, em uma primeira avaliação, que as mulheres, ao adentrarem ao mercado de trabalho, e as famílias em geral, em busca de uma melhor condição de vida e educação de qualidade nos centros urbanos, estão tendo menos filhos, o que representa uma queda na taxa de

reposição da população economicamente ativa a médio e longo prazo.

As projeções indicavam que essa taxa de reposição seria subestimada até 2030, quando a taxa de fecundidade da mulher brasileira cairia para de 2,1 filho/mulher (SAAD, 2005, p. 154), estimativa esta acelerada em 2006, quando divulgação da PNDS (Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde) realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, mostrou que o país chegou a uma taxa de fecundidade de 1,8 filho por mulher, levando, assim, a uma redução no ingresso de novos indivíduos no contingente populacional, contribuindo para o aumento significativo da porcentagem de idosos na demografia brasileira. (CAFFÉ E GOIS, 2006).

Vale lembrar que, na década de 50, quando o processo de urbanização e a melhoria no sistema de saúde resultaram em uma redução da taxa de mortalidade e crescimento demográfico, as crianças nascidas nesse período, antes da queda da taxa de fecundidade, representam hoje os idosos que, contribuem para o processo de envelhecimento populacional. (GUIMARÃES, 2005)

A esperança de vida teve um acréscimo de 11,4 anos nas últimas duas décadas, cabendo destacar que a Bahia é o único estado das regiões Norte e Nordeste a alcançar o patamar de longevidade de 71,2 anos em 2004, aproximando-se bastante da média nacional de 71,7 anos e, em 2004, sua população idosa já contabilizar 1,28 milhão de pessoas, correspondendo a 9,3% do total. E, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, dos 1.077.901 (Vide Tabela 1) constituintes da população de idosos do estado, a cidade de Vitória da Conquista ocupa a terceira posição em concentração, com 21.015 pessoas. (IBGE, 2004, apud GUIMARÃES, 2005).

Tabela 1 – População Residente x População Idosa

Localidade	População idosa	População Residente	%
Bahia	1.077.901	14.080.654	7,66
Salvador	165.036	2.892.625	5,71
Feira de Santana	32.461	571.997	5,68
Vitória da Conquista	21.015	308.204	6,82
Itabuna	16.736	210.604	7,95
Ilhéus	16.333	220.144	7,42
Jequié	14.085	145.964	9,65
Alagoinhas	11.314	132.725	8,52
Juazeiro	10.960	230.538	4,75

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI e IBGE - Contagem da População, 2000

Vale destacar ainda a heterogeneidade com que ocorre esse envelhecimento, havendo, dentro da faixa etária de 60 anos ou mais, um visível predomínio do sexo feminino, em virtude da sobremortalidade masculina, e um menor poder aquisitivo dessas mulheres em relação aos homens idosos, em razão de a maioria subsistir de aposentadorias menores, heranças e pensões principalmente. Esse contraste é tão marcante que as projeções do IBGE/UNFPA/SEI indicam que, até 2020, a Bahia poderá contar com um número em torno de 1,65 milhões de idosos (o que já corresponderá a 11,0% da população estadual) e desse contingente, as mulheres representarão 56,6% (cerca de 930 mil) e os homens 43,4% (aproximadamente 716 mil)

Percebe-se nos indicadores demográficos que a população idosa está crescendo e se tornando uma questão de gestão política com reflexos na economia, saúde, educação e políticas públicas face aos inter-relacionamentos que a população idosa tem com a família e sociedade, como veremos no capítulo seguinte.

CAPITULO II – OS IDOSOS COMO SUJEITOS ECONÔMICOS PLENOS

O senso comum e parte da teoria econômica até então classificou a pessoa idosa como uma despesa governamental e um fardo a ser carregado pelos familiares. Logo, um aumento na população idosa seria entendido como um aumento nas despesas governamentais e um “peso extra” para as famílias brasileiras.

Diversos estudos apontam para a direção contrária, demonstrando que a população idosa exerce uma influência muito mais importante, dentro do contexto econômico, social e familiar, do que se pode deduzir a partir simplesmente do senso comum. No aspecto macroeconômico, as pensões, aposentadorias e benefícios pagos aos idosos estão passando da idéia de uma transferência custeada com os impostos retirados do sistema atual para a concepção de uma política pública de distribuição de renda que atingem eficazmente a população quando tais recursos chegam às famílias através dos idosos.

Ter uma maior faixa de consumidores com 60 anos significa, em primeiro plano, um mercado consumidor mais exigente e específico, requerendo maior especialização no atendimento de suas necessidades, as quais variam em quantidade e complexidade, uma vez que a faixa etária da Terceira Idade é um grupo marcado pela heterogeneidade.

[...] [o] grupo populacional idoso é composto tanto por pessoas que gozam de total autonomia, contribuem para o desenvolvimento socioeconômico e desempenham papéis importantes na família, quanto por pessoas incapazes de lidar com as atividades básicas do dia-a-dia e que não possuem rendimento próprio. Em suma, esse segmento populacional apresenta grande heterogeneidade e necessidades diferenciadas.

(GUIMARÃES, 2005, p.04)

Essa nova “concepção” requer maior atenção por parte dos investidores que ainda não percebem na pessoa idosa um consumidor em potencial, ainda que as pesquisas apontem justamente o contrário, indicando-os como uma faixa etária da população com maior poder aquisitivo, uma vez que, em sua grande maioria, têm

renda fixa regular proveniente da Previdência Social. (GUIMARÃES, 2005)

O Núcleo de Estudos da Terceira Idade (2005) da Universidade Federal de Santa Catarina divulgou o estudo do indicador social municipal do ano de 2004, o qual apontou que 44% da população brasileira na Terceira Idade sustentam filhos e netos, evidenciando que:

Há casos em que mesmo quando não são responsáveis por mais da metade da renda domiciliar, a grana dos idosos é significativa para a família. Em 2000, 26% dos velinhos deixaram de 30% a 50% da renda total para sustento de parentes.

(NÚCLEO DE ESTUDOS DA TERCEIRA IDADE, 2005)

A pesquisa mostrou, também, que o impacto da contribuição dos idosos na renda familiar varia de acordo com o tamanho do município, ficando mais acentuado quanto maior a proporção de idosos na comunidade.

Mesmo com essas evidências, o setor privado ainda se mantém retraído em relação a investimentos no mercado consumidor de bens e serviços para a população idosa, enquanto alguns segmentos do setor empresarial e dos investidores ainda ignoram o real significado do processo de envelhecimento populacional e as diversas oportunidades de negócios que daí decorre.

Por outro lado, vários segmentos do setor empresarial ainda desconhecem o efetivo significado do processo de envelhecimento populacional e as mais diversas oportunidades de desenvolvimento que daí decorrem, fazendo com que ainda seja bastante tímida a oferta de bens e serviços direcionados para o grupo populacional com 60 anos ou mais de idade.

(GUIMARÃES, 2005, p. 02)

Um dos segmentos que “acordaram” para tais oportunidades de consumo foram as instituições financeiras, que ampliaram, ao longo dos últimos quatro anos, a oferta de crédito consignado com desconto em folha de pagamento de aposentados e pensionistas do INSS, vislumbrando, como já foi dito, um cliente com renda fixa mensal que não sofre oscilações.

Como exemplo, no âmbito da saúde, o PNAD (2003) referente ao item

“suplemento da saúde”, estimou que apenas 15% da população de 1,23 milhões de baianos com sessenta anos ou mais de idade estava coberta por algum plano de saúde, indicando que cerca de 1,04 milhões de idosos sem cobertura de planos sobrecarregavam o sistema público de saúde, dada a diminuição da capacidade física e biológica do ser humano com o decorrer da idade, tornando-o mais suscetível ao risco de contrair doenças e, conseqüentemente, se servir com maior freqüência dos serviços médico-hospitalares.

Além dos serviços financeiros e de saúde, GUIMARÃES (2005) ainda aponta outros setores com um potencial inexplorado para o mercado consumidor idoso, tais como: setor imobiliário, setor de proximidade, turismo, lazer, entretenimento, educação, tecnologia, mercado editorial e disseminação de informações, ressaltando que a atual demanda ainda não atendida tenderá a ser ainda mais expressiva, uma vez que as próximas gerações de idosos serão pessoas com maior nível de escolaridade, participação no mercado de trabalho e com estilos de vida bastante específicos, demandando bens e serviços cada vez peculiares e definidos, que permitam manter a atividade e o prazer durante o envelhecimento.

O potencial de consumo da população idosa vem crescendo de maneira importante, ressaltando que, além da proporção da população de idosos na demografia brasileira, registra-se o fato mais importante que é a sua tendência de crescimento.

Avaliando a vertente do *envelhecimento ativo*, que constitui no processo em que a pessoa idosa continua utilizando os serviços disponíveis na sociedade de forma continuada e ajustada à sua condição física, o perfil e o nível da renda da população com 60 anos e mais também representam potencialidades para o surgimento de novos nichos de negócios que deverão satisfazer a demanda ainda não satisfeita.

Dentre as áreas que merecem destaque temos; Saúde, Previdência social, lazer, turismo e entretenimento, habitação, mercado de trabalho, equipamentos públicos, transporte e prestação de serviços, dentre outros.

[...] foi possível mostrar que as variáveis: renda *per capita* familiar, idade, chefe que trabalha, escolaridade do chefe e localização geográfica da família, explicaram satisfatoriamente a probabilidade de consumir das famílias com idosos e famílias sem idosos, para os seguintes agregados de

consumo: produtos farmacêuticos, serviços de assistência à saúde, despesas pessoais, fumo e seus derivados, roupas, viagens, lazer, comunicação e transporte. Entre os resultados mais importantes pode-se constatar que: a medida que os indivíduos envelhecem aumenta a demanda por cuidados médicos; não existem diferenças significativas de consumo entre os chefes idosos e não-idosos que trabalham; quanto maior a escolaridade dos chefes idosos e não-idosos maior é a probabilidade de consumo da maioria dos bens e serviços analisados.

(ALMEIDA, 2002, p. 13).

Guimarães (2005) alerta que o envelhecimento populacional acarreta uma série de implicações, nas mais distintas esferas da sociedade - econômica, política, de organização social - incorrendo em grandes desafios e redirecionamentos no tocante às políticas sociais.

Avaliando o aspecto econômico dos gastos governamentais destinados a políticas de proteção ao idoso, antes visto como um ser oneroso no contexto social brasileiro, essa idéia começa a sofrer mudanças, uma vez que as pesquisas mais recentes demonstram que, da condição de sustentados pelos familiares passaram à de mantenedores de lares em muitos casos.

Segundo pesquisa de Ana Amélia Camarano, citada por Augusto (2004), os idosos contribuem, em média, com 53% da renda familiar brasileira.

As aposentadorias e pensões, pagas pela Previdência Social, acabam atendendo não só aos mais velhos, como também aos seus familiares. E a maioria recebe benefícios de um salário mínimo. É pouco, mas é com esse dinheiro que muitas famílias resistem à pobreza e sobrevivem. E, nesses casos, os idosos são um fator de equilíbrio social e, não, uma carga.

(CAMARANO apud AUGUSTO, 2008)

E essa idéia ganha mais força quando as estatísticas mostram que os idosos são produtivos. No Brasil, os mais velhos trabalham até a idade avançada, acima dos 60 anos, principalmente nas zonas rurais onde homens e mulheres mantidos pela agricultura, trabalham a vida toda. (AUGUSTO, 2008).

Geralmente, as transferências de recursos previdenciários aos idosos são vistas apenas no aspecto do gasto público. Porém, tais transferências possuem grande capacidade de dinamizar a economia, principalmente nos municípios de

menor porte. Na Bahia, por exemplo, em 79% dos municípios o volume total de recursos provenientes do pagamento de benefícios da previdência social superava o valor da principal fonte de renda dos municípios – o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). (GUIMARÃES, 2005).

Para Cobo (*apud* NÚCLEO DE ESTUDOS DA TERCEIRA IDADE, 2005), do Departamento de População e Indicadores Sociais do IBGE, “há municípios que esperam o dia do pagamento do aposentado, porque esse dinheiro acaba movendo a economia dessas cidades”.

Esse impacto na economia de pequenas cidades já foi destacado pelos pesquisadores Beltrão, Camarano e Mello (2004), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, em um trabalho no qual citam os impactos não esperados da ampliação da cobertura de Seguridade Social e mostram que, em 61% dos municípios brasileiros, o valor das aposentadorias excedia o das transferências do governo federal pelo Fundo de Participação dos Municípios, mostrando ainda que a presença de idosos na família leva a um aumento da renda média mensal na área rural. Com efeito, a PNAD de 2004 revelou que a população idosa baiana detém um rendimento médio mensal superior em 12% ao da população entre 18 a 59 anos.

O crescimento da população de idosos representa uma necessidade importante de ajustes e adequações na elaboração de políticas públicas, e por conseqüência a adoção de um conjunto de ações, nos mais diversos âmbitos, que possam atender as demandas específicas deste segmento populacional.

FERNANDES e SANTOS (2007) defendem que os caminhos que levam da existência de leis modernas e bem elaboradas até a eficiente aplicabilidade de tais leis, passam por mecanismos democráticos que envolvam os órgãos de defesa dos idosos, as ONG's que prestam serviços na área e a mobilização dos Idosos que são chamados de “força grisalha”. Acreditando que sem uma parceria entre governo e sociedade civil não haverá meios de conseguirmos alcançar a aplicabilidade das leis atuais em sua íntegra.

1.4 OS PRINCIPAIS SERVIÇOS DE ATENÇÃO AO IDOSO;

Procuraremos identificar, dentre os serviços ofertados para a população, aqueles que são importantes para a pessoa idosa.

Sabemos que a pessoa idosa demanda produtos e serviços que a maioria das pessoas de outras faixas etárias, mas buscaremos identificar quais que são demandados preferencialmente pelo público idoso. Para tanto, classificamos os serviços em três categorias: governamentais, não governamentais e previdenciários.

1.4.1 Governamentais

⇒ Serviços de fornecimento de medicamentos de uso contínuo pelo governo (SUS);

⇒ Serviço de fornecimento de aparelhos auditivos e ortopédicos;

⇒ Delegacias Especiais pra Atendimento a idosos;

o Delegacia do Idoso

▪ A Delegacia de Proteção ao Idoso tem como papel fundamental investigar denúncias e infrações penais cometidas contra pessoas com mais de 60 anos. Mas também podem ceder orientações e encaminhamentos aos idosos com dúvidas sobre ações de despejo, problemas com pensões alimentícias e aposentadoria.

o DEAM - Delegacia Especializada em Atendimento a Mulher

▪ Política pública pioneira no Brasil e na América Latina no enfrentamento à violência contra a mulher, inclusive idosa. A primeira DEAM foi implantada em 1985, em São Paulo. As delegacias se caracterizam como uma porta de entrada das mulheres na rede de serviços, cumprindo o papel de investigar, apurar e tipificar os crimes de violência contra a mulher. As DEAM vinculam-se aos sistemas de segurança pública estaduais e parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça.

⇒ Centros de Referência Especializados em Assistência Social – CREAS

- O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), constitui-se numa unidade pública estatal, responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos: Crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, e suas famílias.

- Critérios de co-financiamento federal - Os critérios para partilha de recursos e inclusão de municípios são definidos anualmente pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT), que é a instância de articulação e pactuação da política pública de assistência social, com a participação de representantes dos governos federal, estaduais e municipais. O co-financiamento federal para esses serviços se dá por meio de transferência de recursos do Fundo Nacional para os Fundos Municipais de Assistência Social, no Piso Fixo de Média Complexidade (conforme Portaria N°440/2005 - Art. 3°).

⇒ Centros de Referência Estadual de Atenção à Saúde do Idoso – CREASI

Os Serviços ofertados pelo CREASI são:

- Ambulatório Geriatria Geral;
- Resposta de consulta a pacientes que deverão retornar à atenção básica na rede;
- Triagem para os ambulatórios de especialidade ou serviços de reabilitação, com acompanhamento ao mesmo;
- Atendimento odontológico;
- Terapia ocupacional;
- Assistência psicossocial;
- Assistência de Enfermagem;
- Apoio aos Programas Básicos de Saúde;
- Atividades Educativas;
- Oficinas Terapêuticas;
- Grupos de Convivências;

- Estudo e Pesquisa;
- Capacitação de Recursos Humanos;
- Apoio à Rede SUS;
- Acompanhamento específico das Doenças Psiconeurológicas;

Obs.: Atualmente no estado da Bahia só há um CREASI, localizado na cidade de Salvador e fazem parte dos serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde- SUS.

⇒ Conselhos Municipais do Idoso;

É um órgão permanente, paritário (com o mesmo número de representantes governamentais e não-governamentais), consultivo, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito de um município, sendo acompanhado por uma Secretaria Municipal que lhe dará apoio estrutural e funcional, não havendo para o Conselho qualquer condição de subordinação.

O Conselho Municipal de Direitos do Idoso precisa ter um mínimo de estrutura para seu bom funcionamento como: instalações fixas e adequadas cedidas pelo Poder Público Municipal (com pelo menos duas salas, uma para o seu trabalho permanente, com móveis para o Presidente e a Secretaria Executiva do Conselho e outra para a realização das reuniões plenárias), computador, impressora, telefone, arquivos, serviços de correios e outros que se fizerem necessários. Também é necessária uma equipe de apoio mínima com um servidor para a Secretaria Executiva e um auxiliar.

⇒ Instituições de passagem (acolhimento por curto espaço de tempo);

⇒ Grupos de vivência e inclusão social dos idosos;

⇒ Instituições financeiras (agências bancárias e lotéricas)

1.4.2 Não-governamentais

⇒ Serviços de fornecimento de medicamentos - Farmácias alopáticas e de manipulação;

⇒ Serviço de fornecimento de aparelhos auditivos e ortopédicos - Empresas comerciais;

⇒ Instituições de Longa Permanência de Idosos;

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, a Instituição de Longa Permanência para Idosos é responsável pela atenção ao idoso e propiciar o exercício dos direitos humanos (civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e individuais) de seus residentes, buscando atender as premissas:

- Observar os direitos e garantias dos idosos, inclusive o respeito à liberdade de credo e a liberdade de ir e vir, desde que não exista restrição determinada no Plano de Atenção à Saúde;

- Preservar a identidade e a privacidade do idoso, assegurando um ambiente de respeito e dignidade;

- Promover ambiência acolhedora;

- Promover a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência;

- Promover integração dos idosos, nas atividades desenvolvidas pela comunidade local;

- Favorecer o desenvolvimento de atividades conjuntas com pessoas de outras gerações;

- Incentivar e promover a participação da família e da comunidade na atenção ao idoso residente;

- Desenvolver atividades que estimulem a autonomia dos idosos;

- Promover condições de lazer para os idosos tais como: atividades físicas, recreativas e culturais.

- Desenvolver atividades e rotinas para prevenir e coibir qualquer tipo de violência e discriminação contra pessoas nela residentes.

⇒ Instituições de passagem – Responsáveis pelo acolhimento temporário e provisório de pessoas;

⇒ Serviços de turismo e lazer - Empresas de turismo;

- ⇒ Grupos de vivência e inclusão social dos idosos;
- ⇒ Instituições financeiras – Bancos, empresas de crédito e financiamento;
- ⇒ Serviços médicos especializados - Clínicas médicas especializadas, Serviços de urgência e outros serviços médicos destinados à população idosa;

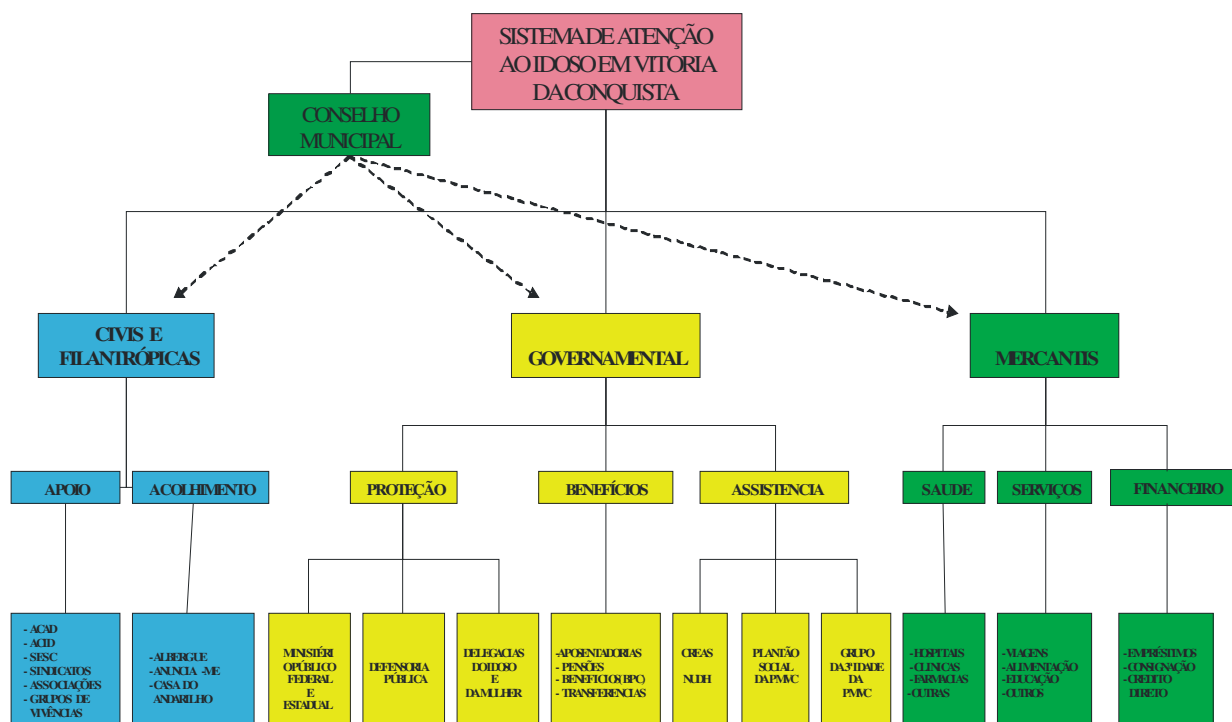
1.4.3 Serviços Previdenciários;

- ⇒ Agências da Previdência Social (INSS);
- ⇒ Serviços de Atenção Social – Responsáveis pela orientação e deesa dos direitos previdenciários da pessoa idosa;

No capítulo seguinte estaremos demonstrando a operacionalização dos serviços para que identifiquemos a forma com que contribuem na economia da cidade.

A seguir utilizamos um fluxograma que facilita a identificação dos serviços de atenção à pessoa idosa, de forma a visualizarmos a quantidade de instituições e serviços existentes na cidade de Vitória da Conquista de acordo com o segmento que pertence.

Figura 1 – ORGANOGRAMA DO SISTEMA DE ATENÇÃO AO IDOSO EM VITÓRIA DA CONQUISTA



Fonte: Elaboração própria (para melhor visualização, vide APÊNDICE 1)

A OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO À PESSOA IDOSA EXISTENTES EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Pesquisamos os serviços de atenção ao idoso, existentes na cidade e reconhecidos pelo Conselho Municipal do Idoso, a fim de avaliar a operacionalidade de cada um, buscando informações e dados acerca do funcionamento, estrutura administrativa, fontes de recursos, principais gastos e quantidade de recursos humanos atualmente existentes nestes serviços.

Relacionamos a seguir as instituições, programas, projetos e órgãos públicos no âmbito municipal que compõem a rede de proteção e amparo à pessoa idosa:

⇒ Conselho Municipal do Idoso

Funcionando na CASA DA CIDADANIA situada na Rua Sinhazinha Santos, 289 - Centro, é um órgão permanente, paritário, composto por sete representantes governamentais e sete não-governamentais que representam as instituições civis que prestam serviço de atenção à pessoa idosa e pessoas idosa usuárias de quaisquer serviços de atenção a idosos da nossa cidade.

O suporte administrativo ao Conselho Municipal do idoso é prestado pela Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMDES.

O Conselho Municipal do Idoso dispõe de uma Secretaria Executiva, uma sala para trabalhos permanentes e uma sala para reuniões e realização das plenárias.

1.4.4 Governamentais

⇒ Plantão Social da Secretaria de Desenvolvimento Social – PMVC

Serviço da Rede de Atenção Básica da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal, em funcionamento na Praça Catão Ferraz s/n – Prédio da PMVC localizado no CEASA, que dentre outras atribuições se dispõe a prestar

atendimento aos idosos vulnerabilidade social e os que buscam a obtenção do Benefício de Pagamento Continuado - BPC, que representa a concessão de um auxílio de amparo social às pessoas com idade superior a 65 anos e que possuam renda média familiar per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

O plantão social realiza a entrevista e a formalização do processo de enquadramento do benefício para posterior análise e concessão por parte do INSS.

A média de atendimento de idosos no serviço é de 150 idosos por mês.

O serviço é totalmente custeado por recursos públicos da PMVC e possui uma estrutura administrativa conforme Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Estrutura Administrativa do Plantão Social da PMVC (2009)

Função	Quantidade
Coordenador de Ação Social	01
Secretária	01
Assistente Social	01
Auxiliar Administrativo	07
TOTAL	10

Fonte: Coordenação do Plantão

⇒ INSS – Agência Vitória da Conquista

Responsável pela concessão de benefícios previdenciários:

o Aposentadorias:

- Especial
- Por idade
- Por invalidez
- Por tempo de contribuição

o Auxílios:

- Acidente | Doença | Reclusão
- Pensão por morte
- Salário-família
- Salário-maternidade
- Assistência Social - BPC - LOAS

Durante o mês de outubro de 2008 o INSS foi responsável pelo pagamento de 45.863 benefícios conforme Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 - Benefícios pagos pelo INSS em Vitória da Conquista - Out/2008

Tipo	Quantidade	Valor
Aposentadorias	15.570	8.929.330,14
Benefícios Assistenciais	28.293	14.283.760,00
TOTAL	45.863	23.213.090,14

Fonte: Gerencia Executiva de Vitória da Conquista

⇒ Programa Vivendo a Terceira Idade – PMVC

O programa foi criado em 1997 e atualmente está localizado na Praça Tancredo Neves, 11 - Centro, tendo como objetivos integrar e socializar os idosos usuários do programa, propiciando a eles melhoria na qualidade de vida, através da participação em grupos de convivência nos bairros e atividades na sede como: Oficinas diversas, atendimento médico e psicológico.

O serviço é totalmente custeado por recursos públicos da PMVC e possui uma estrutura administrativa constante na Tabela 4.

Tabela 4 - Estrutura Administrativa do Programa Vivendo a Terceira Idade - PMVC (2009)

Função	Quantidade
Coordenadora Geral	01
Secretária	01
Auxiliar de atendimento médico	01
Auxiliar Administrativo	02
Monitores de artesanato	02
Monitores de grupo	03
Vigilante	01
Office Boy	01
Auxiliar de serviços gerais	01
TOTAL	10

Fonte: Coordenação do programa

Além da estrutura acima o Programa conta com o serviço de 01 (um) médico e 02 (dois) psicólogos, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde e 01(um) Maestrino através de parceria com a Secretaria de Cultura, contando também com a participação de voluntários.

⇒ Programa Sempre Viva - SESC

Programa criado pelo SESC - Serviço Especial do Comercio objetivando a

inclusão das pessoas idosas em atividades de lazer, esporte e atividades artísticas, buscando integração e qualidade de vida do grupo.

O Programa é realizado na sede do SESC, localizada no Anel do Contorno s/n.

⇒ CREAS

Localizado na Av. Otavio Santos, 155 Centro Fone 77- 3422-8200 presta serviço de orientação e defesa dos direitos da população de Vitória da Conquista ofertando serviço de acompanhamento psicológico, orientação legal e social, dispondo de uma estrutura de funcionamento conforme Tabela 5 a seguir:

Tabela 5 - Estrutura Administrativa do CREAS Vitória da Conquista

Função	Quantidade
Coordenadora Geral	01
Advogado	01
Assistente Social	02
Psicólogo	02
Educadores	04
TOTAL	10

Fonte: Cordenação

⇒ Ministério Público do Estado da Bahia

O Ministério Público define-se como órgão constitucional autônomo, inserido entre as funções essenciais à prestação jurisdicional, incumbido de zelar pela defesa da ordem jurídica, dos interesses sociais e individuais indisponíveis e do próprio regime democrático. Cumpre uma função de controle e uma função de promoção ativa de interesses protegidos pelo direito positivo.

Localizado Na Rua Sinhazinha Santos, dedica ao atendimento à pessoa idosa uma estrutura composta por um Promotor de Justiça e equipe de apoio administrativo.

⇒ DEAM

Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher, dispõe de uma equipe composta de:

- Delegada
- Escrivão
- Agente

1.4.5 Não-governamentais

⇒ Comunidade Anuncia-me

Instituição filantrópica e sem fins lucrativos fundada em 1995, sua sede está localizada na Rua Odilon Correia,12 Bairro Alto Maron, tem objetivo de promover a reinserção de pessoas à margem da sociedade.

A administração é composta por um presidente, um tesoureiro, um secretário e seis conselheiros; possui, dentre outros serviços, a CASA DE ACOLHIMENTO localizada na Rua Sinhazinha Santos que acolhe idosos em regime de internato.

O serviço é mantido por recursos oriundos de doações, eventos beneficentes, programa “Sua nota é um show” e subvenção municipal.

Possui uma estrutura administrativa conforme tabela 6 a seguir:

Tabela 6 - Estrutura Administrativa da instituição Comunidade Anuncia-me

Função	Quantidade
Secretaria	01
Cuidadores	04
Auxiliar de Serviços Gerais	03
Motorista	01
Office-boy	01
TOTAL	10

Fonte: A direção

Além das estruturas acima a instituição conta com a colaboração de 20 voluntários.

⇒ Casa do Andarilho

Instituição filantrópica destinada ao acolhimento de andarilhos que transitam por Vitória da Conquista oferecendo alimentação e dormida para os beneficiários.

Situado na Rua E ,10 Bairro Convema II e escritório na Galeria Joaquim Correia 1º Andar Sla 111- Centro.

⇒ UEVC – Albergue Nosso Lar

O Albergue Nosso Lar foi fundado no ano de 1954, atualmente sediado na Av. Rosa Cruz, nº 1035, no bairro Candeias, sendo um setor do Departamento de Assistência Social da União Espírita de Vitória da Conquista (UEVC), uma instituição filantrópica, situada no mesmo endereço, atuando em Vitória da Conquista e cidades circunvizinhas há mais de cinquenta anos, atendendo em regime de internato pessoas idosas de ambos os sexos, oriundos das cidades circunvizinhas.

A UEVC possui no seu processo administrativo:

- Uma Assembléia Geral que se reúne anualmente para aprovação das contas do ano civil anterior e trienalmente para eleição e posse da nova diretoria executiva;
- Conselho Fiscal composto por três membros responsáveis pela aprovação mensal das contas contábeis da instituição.
- Diretoria Executiva composta atualmente de oito diretores que atuam em regime de colegiado, que ocupam as funções de Presidente, Tesoureiro, Tesoureiro Adjunto, Secretário, Secretário adjunto, Relações Institucionais, Qualificação Doutrinária e Diretor Patrimonial.
- Diretor(a) responsável pela administração geral do Albergue Nosso Lar;
- Coordenações diversas: Médica, de Enfermagem, Costura, Manutenção predial, etc.

Os idosos que são acolhidos no Albergue Nosso Lar são aqueles que se encontram em situação de risco social, carência de meios materiais para sua subsistência e/ou situação de abandono familiar. Atualmente assiste, em suas dependências, 63 idosos, com idades a partir de sessenta anos.

O processo de admissão de idosos em regime de internato é realizado de acordo com o estabelecido no Estatuto do Idoso, sob a orientação do Ministério Público do Estado da Bahia, CREAS e Conselho Municipal do Idoso.

Atualmente, a assistência prestada aos idosos é realizada 24 horas por dia, durante os sete dias da semana, contando com os mais variados tipos de atividades, dentre elas:

- Fornecimento diário de cinco refeições;
- Serviço de limpeza e higienização diária do ambiente;
- Serviço de lavanderia;
- Alfabetização de idosos;
- Fisioterapia ministrada por uma fisioterapeuta da PMVC e estagiários do curso de Fisioterapia;
- Serviço médico-ambulatorial prestado durante a semana na instituição por médico da PMVC;
- Serviço de enfermagem ministrado por profissionais cedidos pela PMVC, funcionários da instituição e estagiários contratados do curso de Enfermagem;
- Cuidados diários para com os idosos, realizados por cuidadores qualificados em enfermagem;
- Disponibilização de meios de transporte e acompanhantes para os idosos que realizam exames médicos, laboratoriais e internamentos externos;
- Aquisição de medicamentos, produtos hospitalares e fraldas geriátricas;
- Realização de atividades mensais de lazer (passeios, festas comemorativas);
- Gerenciamento e administração dos recursos financeiros dos idosos;
- Serviço permanente de reparos e adequações prediais;

Para a prestação dos serviços relacionados, a UEVC utilizou a estrutura administrativa constante na Tabela 7 a seguir:

Tabela 7 - Quadro Administrativo da UEVC no Albergue Nosso Lar (2007)

Função	Quantidade
Cozinheiras	03
Serventes	06
Auxiliar de Serviços Gerais	07
Motorista	01
Zelador	02
Auxiliar Escritório	01
Auxiliar Administração	01
Cuidador	03
Supervisor	01
Auxiliar de enfermagem	01
Enfermeira	01
Estagiários - Área enfermagem	14
Estagiários - Área Administração	02
TOTAL	43

Fonte: Diretoria Executiva da instituição

Além do quadro de empregados e estagiários (Tabela 7) a UEVC atualmente conta com a colaboração de voluntários que realizam diversas atividades permanentes e eventuais e um quadro de servidores municipais disponibilizados através de parceria com a PMVC - Secretaria Municipal de Saúde, que mantém no Albergue 01 (um) Médico, 01(uma) Enfermeira, 01(uma) Técnica em enfermagem e 01 (uma) Auxiliar de enfermagem:

No que diz respeito à fonte de recursos destinados à manutenção e funcionamento do Albergue Nosso Lar com base no ano de 2007, a UEVC dispôs das seguintes fontes:

Tabela 8 – Fonte de recursos do Albergue Nosso Lar em 2007

	Contribuição (R\$)	Percentual sobre a receita total (%)
Aposentadorias e Benefícios	260.551,86	67,37
Contribuição de Associados - Pessoa Física ou Jurídica	35.619,46	9,21
Doações eventuais	13.013,23	3,36
Repasse do FNAS - Via PMVC	38.686,02	10,00
Subvenção Municipal	18.500,00	4,78
Bazar Beneficente	8.171,52	2,11
Receita diversas	12.202,39	3,16
TOTAL DAS RECEITAS EM 2007	386.754,48	

Fonte: Demonstrativo de Receitas e Despesas. UEVC, 2007.

O Albergue recebe mensalmente várias doações de gêneros alimentícios, roupas, utensílios, perfumarias, serviços diversos sem ônus, originadas de empresas, órgãos públicos e pessoas que conhecem o serviço realizado pelo Albergue.

Relacionaremos a seguir os principais gastos realizados para o funcionamento do Albergue Nosso Lar no ano de 2007:

Tabela 9 – Despesa Total do Albergue Nosso Lar em 2007

Despesa	Valor (R\$)	Percentual sobre a despesa total (%)
---------	-------------	--------------------------------------

Salários e Ordenados	99.297,94	25,92
13º salário	9.428,04	2,46
Férias	10.716,62	2,80
Aviso Prévio	288,00	0,08
Indenizações Trabalhistas	4.149,12	1,08
Gratificações	130,00	0,03
Uniformes e Fardamentos	1.312,72	0,34
Vale Transporte	14.861,40	3,88
INSS	7.509,58	1,96
FGTS	9.001,79	2,35
Exames admissionais	29,00	0,01
Contribuição sindical	459,09	0,12
Água e Esgoto	6.592,84	1,72
Correios e Telégrafos	739,40	0,19
Material de Expediente	3.268,61	0,85
Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	1.222,15	0,32
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	22.162,24	5,79
Combustíveis e Lubrificantes	4.272,13	1,12
Consertos e Reparos em veículos	1.785,26	0,47
Alimentos	45.949,39	12,00
Material de Limpeza	6.681,75	1,74
Taxas e Emolumentos	411,30	0,11
Telefone	7.669,14	2,00
Diversas	1.079,20	0,28
Medicamentos para Idosos Carentes	2.294,78	0,60
Manutenção e Conservação de Bens	16.202,42	4,23
Consumo de Gás GLP	8.932,12	2,33
Exames Clínicos e Laboratoriais	726,30	0,19
Pagamentos – Estagiários	52.119,29	13,61
Taxa de Administração de Estágio	5.514,43	1,44
Oxigênio	70,00	0,02
Material Hospitalar	7.550,01	1,97
Fraldas Geriátricas	518,50	0,14
Custo – Bazar Beneficente	1.648,44	0,43
Consumo Individual de Idosos – Medicamentos	4.512,23	1,18
Consumo Individual de Idosos – Fraldas Geriátricas	10.421,80	2,72
Consumo Individual de Idosos – Serviço Funerário	1.030,80	0,27
Consumo Individual de Idosos – Exames Complementares	428,00	0,11
Consumo Individual de Idosos – Numerário	2.485,15	0,65
Consumo Individual de Idosos – Diversos	4.339,35	1,13
Equipamentos para idosos carentes	30,00	0,01
Honorários de Contadores	940,00	0,25
PIS – Folha de Pagamento	1.865,87	0,49
CPMF	869,27	0,23
Despesas Bancárias	1.532,54	0,40
TOTAL DAS DESPESAS EM 2007	383.048,01	

Fonte: Demonstrativo de Receitas e Despesas. UEVC, 2007.

No capítulo seguinte buscaremos relacionar a operacionalidade do sistema de atenção à pessoa idosa com a economia local, contudo neste capítulo foi demonstrado quantos empregos diretos o sistema gera e no caso da UEVC quais os principais gastos realizados, demonstrando quais setores da economia é sensibilizado pelo sistema de atenção, o que detalharemos no capítulo seguinte..

2 CAPITULO III – IMPACTOS FINANCEIROS DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO AO IDOSO NA ECONOMIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

2.1 DINÂMICA DA ECONOMIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

O município de Vitória da Conquista, pertencente à unidade federativa da Bahia, com população estimada em 308.204 habitantes segundo o censo de 2005 do IBGE, das quais aproximadamente 80% vivem em zona urbana, possui uma extensão territorial de 3.204 Km².

Na área urbana, o fator determinante da economia está no comércio e na prestação de serviços, e no setor rural, a cafeicultura (que foi motor de desenvolvimento regional durante os anos 70 e 80) horticultura, olericultura e fruticultura, além das culturas de bovinos, caprinos e suínos. (IBGE, 2005)

A economia de Vitória da Conquista desenvolveu-se, até os anos 50, baseada na atividade pecuária, com a criação extensiva de bovinos para a produção de carne. Com a construção da rodovia Rio-Bahia, no início dos anos 60, a cidade tornou-se um importante ponto de apoio para o transporte de carga e de passageiros.

Na década de 70, o Programa Nacional de Recuperação e Renovação dos Cafezais (PRRC) incentivou o plantio de café na região de Conquista, com mais de 100 mil hectares de café arábica. O desenvolvimento do café foi surpreendente até os anos 80, quando uma queda de preços no mercado internacional iria se estender até a metade dos anos 90, inviabilizando a atividade e provocando o abandono de muitas roças. Esse período coincidiu com a implantação do Distrito Industrial dos Imborés, a 5 km da cidade, aproximadamente.

O Distrito foi ocupado apenas parcialmente, e nos anos 90, a cidade se transforma num centro de serviços, com um comércio varejista bem desenvolvido, uma universidade estadual, um setor de atendimento à saúde e uma rede hoteleira de qualidade.

No Século XXI, Conquista se apresenta com uma atividade agrícola

consolidada. A cidade é referência regional nos setores de educação, saúde e também no comércio, que atraem milhares de usuários e consumidores dos municípios vizinhos. A cidade tenderá a se afirmar cada vez mais como um pólo importante de serviços rodoviários e como centro universitário e de pesquisas.

Agricultura

Apesar do crescimento do setor de serviços e comércio, e da expansão da indústria, a agricultura ainda é uma importante atividade econômica, representando, em 2001, R\$48,8 milhões, aproximadamente 8,6% do PIB. Os principais produtos agrícolas são o café, que é responsável por 74% do valor da produção das lavouras, a banana, que representa 9%, e a produção de urucum, responsável por 8%. Outro setor importante é a produção de flores e a horticultura, que estão nos distritos, e em bairros como a Lagoa das Flores, onde há propriedades tecnificadas, que utilizam estufas, irrigação e hidroponia.

Pecuária

A principal atividade da pecuária é a criação de bovinos, com um efetivo de 92 mil cabeças de gado, aproximadamente. A produção leiteira diária, de 44 mil litros, é muito significativa, para os padrões da pecuária baiana. A produção de carne é o foco da bovinocultura do Município.

Indústria

Existem 106 estabelecimentos industriais em Conquista, segundo a Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. A produção de alimentos e bebidas compõe o gênero com maior número de estabelecimentos, representando 26% do total. O setor industrial emprega 2.863 pessoas, sendo o ramo da construção civil o mais representativo na ocupação de mão de obra, seguido da produção de alimentos e bebidas, responsável por 16% das ocupações, e da produção de minerais não metálicos, com 10%. A maioria dos estabelecimentos (39 indústrias) se localiza no Distrito Industrial dos Imborés, localizado à margem da BR-116, no sentido Norte da Cidade. Todavia, existe uma quantidade significativa de estabelecimentos localizados em áreas residenciais, como os bairros Jardim

Guanabara, Brasil e Candeias.

Ocupação da Mão de Obra

Segundo os dados do IBGE, comércio e serviços são os setores que empregam o maior número de pessoas no Município: 84% da mão de obra. A agricultura é responsável pela ocupação de apenas 1% da força de trabalho, enquanto a indústria ocupa 15%.

PIB

Representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer seja, países, estados, cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região.

O Produto Interno Bruto atual, estimado pela SEI/SEPLANTEC, é da ordem de R\$ 1,79 bilhões (ano 2008). A atividade terciária participa com 81,46% de todas as riquezas produzidas na cidade. A indústria representa 14,16% e a agricultura, 4,37%.

Indicadores Socioeconômicos

Segundo a SEI, o Índice de Desenvolvimento Econômico – IDE calculado para o ano de 2000 – coloca o Município em 9º lugar no ranking estadual. Em termos de bem estar social medido pelo Índice de Desenvolvimento Social, o município é o 6º colocado, e ocupa o 8º lugar em termos de desenvolvimento socioeconômico geral.

2.2 SERVIÇOS DE ATENÇÃO AO IDOSO QUE IMPACTAM DIRETA OU INDIRETAMENTE NA DINÂMICA ECONÔMICA LOCAL;

Dentre os setores da economia de Vitória da Conquista mais sensíveis ao consumo dos idosos, o setor farmacêutico foi escolhido para ser objeto de uma

pesquisa de campo, objetivando a medição do consumo da população idosa no segmento analisado.

Foi utilizada uma amostra de nove farmácias, que nos forneceram os seguintes dados:

Tabela 10 – Dados obtidos a partir do questionário aplicado nas farmácias

Perguntas	Quant	Respostas
Tem conhecimento do Estatuto do Idoso?	2 7	- Não. - Sim.
Você tem conhecimento da projeção do IBGE que indica que no ano de 2020 os idosos corresponderão a 25% da população brasileira?	1 8	- Não. - Sim.
O cliente Idoso corresponde a que percentual de sua clientela?	2 2 1 2 2	- 21% a 30% - 31% a 40% - 41% a 50% - 51% a 60% - 61% a 80%
Você sabe qual a idade que a lei considera uma pessoa como idosa?	1 2 6	- Não. - Sim. Com 50 anos. - Sim. Com 60 anos.
Os negócios que realiza com a população idosa correspondem a que percentual do seu faturamento mensal?	2 2 1 2 2	- 11% a 30% - 31% a 40% - 41% a 50% - 51% a 60% - 61% a 80%
Sua empresa prioriza o atendimento à pessoa Idosa por imposição da lei ou por se tratar de um nicho de clientes em potencial?	9	- Prioriza por estratégia de mercado.
Quais os produtos que você relaciona com a pessoa idosa?	9 2 2	- Medicamentos - Empréstimos - Viagens

Fonte: Pesquisa de campo

Como observamos no resultado da pesquisa, o idoso é responsável pelo faturamento médio de 46% do segmento farmacêutico, fato que indica a importância do consumo da pessoa idosa para a geração de emprego para a PEA - População Economicamente Ativa - contratada pelo segmento.

O resultado da pesquisa indicou também que o segmento farmacêutico está percebendo as oportunidades de negócios que a população idosa representa e pelo fato de o idoso representar em média 46% da sua clientela, ainda associa o idoso preferencialmente ao consumo de medicamentos, não associando aos demais produtos que consome.

A partir da noção dada acerca do volume dos gastos e dos recursos financeiros movimentados pelos idosos, foram realizados alguns parâmetros comparativos que permite avaliar seu significado e o seu impacto dentro da economia municipal, como pode ser conferido no Quadro 1.

Tabela 11 – Comparativo anual de repasse de recursos

Origem de recursos	Valor
Orçamento da Prefeitura Municipal de Vitória Da Conquista para ser aplicado no ano de 2008 ¹	260.156.154,46
Valor repassado pelo Programa Bolsa Família no município de Vitória da Conquista (2008) ²	22.762.272,00
Valor Pago pelo INSS a Título de Aposentadorias e BPC (2008) ³	287.486.411,82

¹ Fonte: Lei Orçamentária 1483/2007 publicada em 28/12/2007

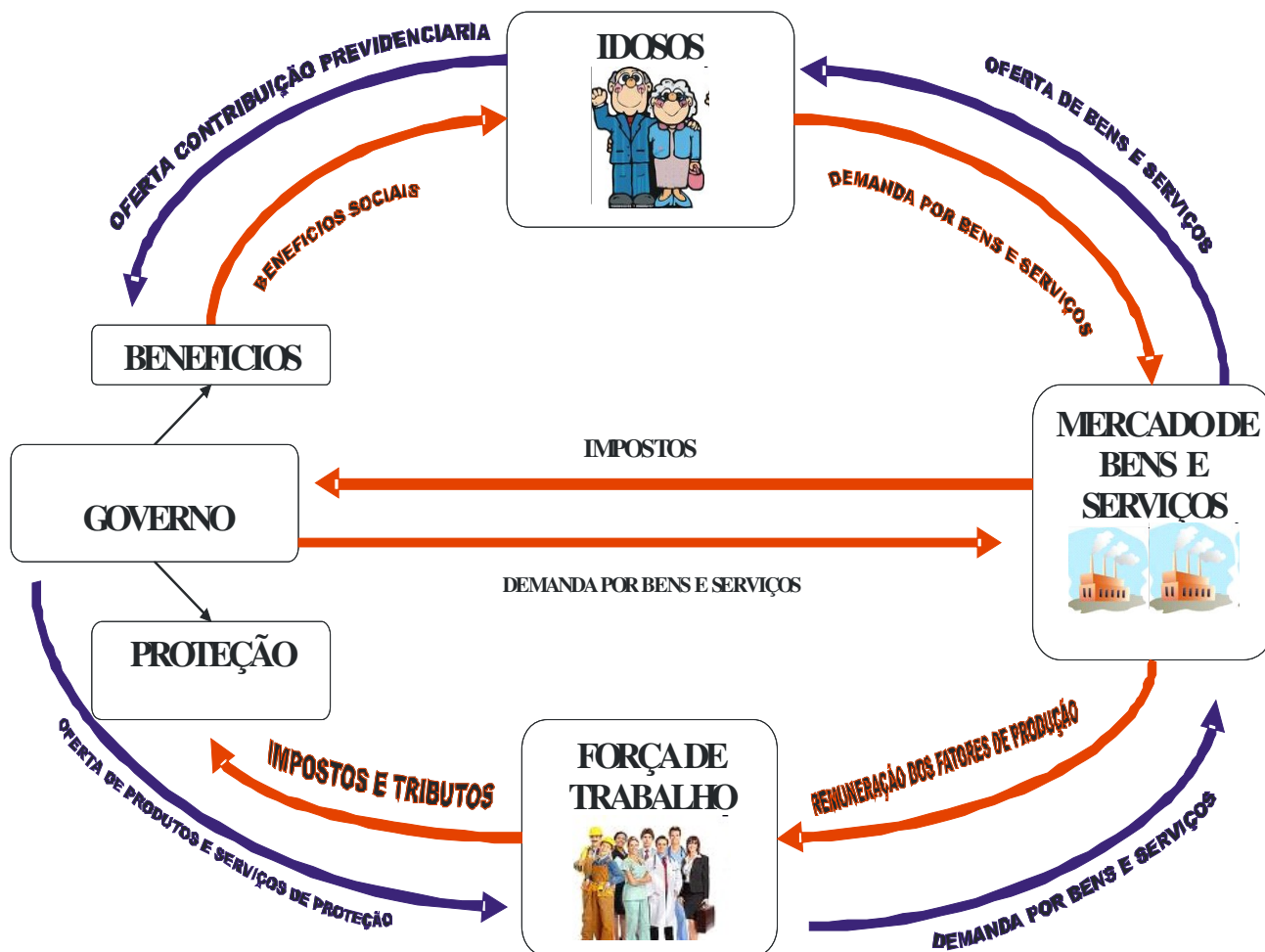
² Fonte: Caixa Econômica ref.Out/2008 x 12 meses.

³ Fonte: INSS – Gerencia Executiva ref out/2008 considerando que aposentadorias geram pagamento de 13° e o BPC não gera pagamento de 13° , logo os valores informados pelo INSS deverão ser multiplicados por 13 e 12 meses respectivamente para chegarmos ao montante anual em 2008. Esclarecemos aqui que dentro desse montante inclui-se outros benefícios pagos a pessoas não idosas, a exemplo: deficientes físicos e auxílio doença, que não obtivemos informações suficientes para discriminar cada tipo de pagamento.

Apuramos que alguns recursos arrecadados pela PMVC são captados na própria cidade, a exemplo de: IPTU, ISSQN, Taxas, ITBI, o que não caracteriza um ingresso de novos recursos no município e sim redistribuição da renda, enquanto as aposentadorias, Benefícios (BPC) e os recursos do programa Bolsa Família são considerados como ingressos de novos recursos na cidade.

Destacamos que, no universo das aposentadorias repassadas ao município de Vitória da Conquista, nossa pesquisa não contemplou os aposentados do governo do estado, aposentados federais e aposentadorias pagas por fundos de pensão e entidades de previdência privada, que julgamos serem relevantes em futuras pesquisas que venham a aprofundarem no tema.

Figura 2 – Fluxo da renda promovida pelos idosos



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (para uma melhor visualização vide APÊNDICE 2)

A Ciência Econômica vem buscando definir uma teoria que fundamente a função consumo, basicamente dentro de duas vertentes:

a) Seguindo uma abordagem micro-econômica, procurando evidenciar a função consumo através de um prisma particular das preferências individuais, como: clima, moda, gosto, preço do produto, e preços dos produtos substituíveis ou complementares, e demais variáveis que influenciam aos consumidores;

b) Na vertente macroeconômica trabalhando com a função consumo, em uma perspectiva geral na qual são deixadas de lado as particularidades para focar o aspecto estrutural, político, buscando avaliar o comportamento do consumo de determinada comunidade, e como deverá ser ajustada eficientemente ao longo do tempo.

Ambas defendem a hipótese de que o consumo de um país está em função do nível de renda, ou ao fluxo de renda que a população recebe por unidade de tempo, deduzidos todos os impostos, resultando em uma renda disponível e o consumo será determinado por uma fração desta renda; isto é, consome-se pela sua propensão marginal a consumir (que varia entre zero e um).

Utilizando a análise macroeconômica para avaliar a importância da variável “gastos do governo”, encontramos na teoria Keynesiana um referencial para explicar a hipótese defendida neste trabalho monográfico. Quando Keynes, após a Grande Depressão de 1929, percebeu que a teoria da escola clássica não estava respondendo as questões do desemprego e da falta de demanda pelos produtos produzidos pelas firmas, criou outra forma de determinar o produto de uma economia, o relacionado à demanda total.

Keynes considerou que as decisões de despesas com consumo privado, investimentos e os gasto público eram quem condicionavam a decisão da firma produzir, pois se não existisse demanda as firmas diminuiriam a produção, provocando desemprego e conseqüentemente projetando o país a uma recessão.

O raciocínio keynesiano era exatamente o oposto ao do modelo clássico. No modelo clássico é a quantidade produzida que determina a despesa; enquanto que, no modelo keynesiano, é a despesa que determina a quantidade produzida. Nas

duas situações, o valor do produto deve ser igual ao da despesa total, isto é um resultado contábil e não passível de discussão. Daí advém a idéia atribuída aos economistas de tradição clássica como defensores da oferta e, por outro lado, os economistas keynesianos como defensores da demanda.

Recessão, para a lógica clássica, é o resultado de uma alteração passageira na produção ou mesmo no desejo das famílias trabalharem. Nesta situação, a melhor atitude a ser tomada pelo governo seria a redução de gastos com a finalidade de se resguardar de uma futura perda de receita. Contudo, sob a ótica keynesiana durante um processo de recessão na economia, o governo deveria incentivar a recuperação da mesma aumentando seus gastos, contribuindo assim para o aumento da despesa total, o que geraria um aumento da produção e o do emprego.

2.2.1 A Determinação da Renda pela Ótica Keynesiana – O Modelo do Multiplicador

Como foi explicado anteriormente, a Teoria Keynesiana defendeu que a renda e o produto são determinados pela despesa total de um país. Assim sendo, para entendermos a proposta de Keynes, se faz necessário a análise individual dos elementos dessa despesa total, esclarecendo que tal despesa de um país é o resultado da soma do consumo privado, do investimento, das exportações líquidas e dos gastos públicos.

Para melhor exemplificação utilizaremos um modelo de economia fechada, representando a despesa total por D na seguinte expressão:

$$D = C + I + G \quad (1)$$

Na equação acima, C representa o consumo privado, I o investimento e G representa o gasto público.

A análise que fundamenta a hipótese refere-se ao comportamento do consumo privado que, de acordo com Keynes, dependeria da renda das famílias, de maneira que, quanto maior for a renda de uma família, maior seria a quantidade por ela consumida. Destacando que a Teoria Keynesiana supõe que, a cada aumento

(ou redução) de R\$ 1,00 na renda, o consumo da família aumenta (ou diminui) em um valor inferior a R\$ 1,00.

Ao valor do aumento do consumo associado a um aumento de um real na renda, Keynes chamou de *propensão marginal a consumir*. Logo a segunda parte da hipótese keynesiana para o consumo é equivalente a afirmar que a propensão marginal a consumir é um número entre zero e um.

Com a criação do conceito do multiplicador de despesas e gastos, Keynes mostrou que se uma economia estiver recursos desempregados, um aumento em uma das variáveis da demanda agregada provocará um aumento da renda nacional mais que proporcional ao aumento da demanda, ocorrendo pela razão de numa economia em desemprego, abaixo do seu produto potencial, qualquer injeção de despesas, quer seja pelo governo, gastos com consumo, exportações ou investimentos causa um efeito multiplicador em vários setores da economia, pois um acréscimo na renda de um setor significará que os assalariados e empresários de tal setor irão gastar suas rendas com os outros setores da economia (com vestuário, lazer, alimentação, etc.) o que por sua vez gastarão com outros bens e serviços e assim continuamente.

Considerando o valor que governo pagou a título de aposentadorias e benefícios sociais em 2008 na cidade de Vitória da Conquista na ordem de R\$ 23.213.090,14 (Tabela 4) sendo gastos pelos idosos com vestuário e alimentação, serão transformados em renda dos trabalhadores e dos empresários do setor de produção de alimentos e vestuário, que conseqüentemente irão gastar com , a exemplo: veículos, lazer, turismo, alimentos, vestuário.

Atribuiremos aqui o valor da propensão marginal a consumir e a poupar da população idosa, a mesma atribuída à população de Vitória da Conquista por Lopes (2003, p.164) que apontou para índice de 87% para a propensão marginal de consumir e 13% para propensão de poupar.

Logo, consideremos que os idosos gastarão R\$ 20.195.388, com alimentos e vestuário, poupando R\$ 3.017.701,71 causando um aumento na produção de alimentos e vestuários em R\$ 20.195.388,42, que será transformada em renda dos trabalhadores e empresários do setor de alimentos e vestuários.

Considerando a mesma propensão marginal a consumir na razão de 0,87.

Por sua vez os trabalhadores e empresários do setor de alimentos e vestuário gastarão R\$ 17.569.987,92 (80 % dos R\$ 20.195.388,42) a exemplo, com lazer. Logo, o setor de lazer terá um aumento de renda na ordem de R\$ 17.569.987,92, e o processo continuará, tendendo a se encerrar, pois a propensão a poupar limita esse mecanismo, como no exemplo utilizado, 13% da renda adicional é vazada em cada etapa.

Após esse processo, ocorrerá um acréscimo da renda e produto da cidade de Vitória da Conquista muito superior ao valor repassado pelo governo a títulos de aposentadorias e benefícios sociais no valor de R\$ 23.213.090,14 , onde essa multiplicação dependerá das propensões marginais a consumir e a poupar, onde quanto maior a propensão a consumir da coletividade, maiores serão os gastos com bens e serviços em cada etapa e maior será o efeito do multiplicador e quanto maior a propensão a poupar, menor será o multiplicador.

Se no caso dos valores repassados para os idosos aplicarmos o multiplicador igual a 4,61, encontrado por Lopes (2003, p.171) quando mensurou os impactos dos gastos da UESB na economia de Vitória da Conquista, os repasses do governo destinados ao pagamento das aposentadorias e benefícios sociais no valor de R\$ 23.213.090,14 em 2008 causariam um aumento na renda do município de Vitória da Conquista no valor de R\$ 107.012.345,54 ($4,61 \times R\$ 23.213.090,14$).

Considerando as economias globalizadas e abertas é comum ocorrerem as "fugas", que significam que os gastos dessa renda podem gerar rendas para outros municípios, ou seja, ocorrerão gastos com produtos e serviços de outros municípios, não diminuindo assim a importância de tais gastos, pois além de beneficiarem a economia local ainda beneficiam a economia de outros municípios.

Considerando-se assim que o impacto efetivo dos gastos com os idosos na economia local se encontre compreendido entre o intervalo de R\$ 23.213.090,14 e R\$ 107.012.345,54 para o ano de 2008.

Lembrando que só utilizamos os dados de uma fração da população idosa possuidora de renda, no caso os aposentados e os que recebem benefícios sociais através do INSS, deixando de incluir os idosos e pensionistas do Estado da Bahia (Saúde, Educação, Militar e civil e demais secretarias) por motivos de dificuldade de acessos aos dados da SAEB (Secretaria de Administração do Estado da Bahia),

população esta que avaliamos também contribuir significativamente no processo de geração de renda e produto na economia de Vitória da Conquista.

Além da renda injetada na economia através das aposentadorias, pensões e benefícios sociais, verificamos que o sistema de atenção ao idoso emprega mão-de-obra qualificada, como na esfera governamental que emprega; promotores, assistentes sociais, advogados, coordenadores, secretárias, Médicos, Enfermeiras, Técnicas em enfermagem, fisioterapeutas, psicólogos, Auxiliares administrativos e nas esfera civil/filantrópica a exemplo da Instituição de longa permanência, objeto do estudo de caso, que ao analisamos seus demonstrativos contábeis, verificamos a geração de 43 postos de serviços diretos para atendimento a 62 idoso em média e através das despesas realizadas para o funcionamento, que quase 43 % dos valores arrecadados são destinados ao pagamento de despesas relacionadas ao emprego de mão-de-obra e os 57 % restantes com consumo de bens e serviços que sensibilizam diversos setores da economia local e finalmente na esfera mercantil observamos que o idoso além de demandar serviços na área de saúde, gerando emprego e renda no setor o setor farmacêutico e de medicamento demonstrou na pesquisa realizada que o idoso é responsável por mais de 46 % do faturamento dessas empresas.

A propensão marginal a consumir indica qual a porcentagem da renda que a comunidade destina ao consumo; logo, em uma sociedade pobre, na hipótese de que só se gasta o que ganha, de acordo com o pensamento de Kalecki (1977), ao demonstrar que ela possui uma propensão marginal a consumir muito alta, em média 0.98, enquanto que uma comunidade rica teria uma média de 0.46.

Assim, observa-se, em suas propensões marginais, que a classe pobre não tem condições de manter qualquer reserva de dinheiro para eventualidade, destinando quase toda a sua renda para o consumo, isto é, 98%, enquanto a classe rica, ou como chamada pelos marxistas, a classe burguesa, possuem a propensão marginal a consumir muito baixa, onde apenas 46% da renda é destinada ao consumo enquanto o restante 54% será destinado à poupança, ou gastos supérfluos, constituindo-se, assim, a acumulação de capital.

Observamos então que a população de baixa renda é classificada como possuidora de um índice da propensão marginal a consumir muito alto, tornando-se

um agente motor do consumo em uma economia e um instrumento de regulação desta, a partir do momento em que o governo inclui tal segmento da população em uma políticas públicas de distribuição de renda através dos programas bolsa família, das políticas de assistência social (BPC) e das políticas da previdência social.

Os idosos estão inseridos nas duas principais políticas de distribuição de renda, pois ao que percebemos nos dados apresentados neste trabalho monográfico, os valores pagos a título de aposentadorias e benefícios sociais, ultrapassam a arrecadação municipal.

CAPITULO IV – DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO SISTEMA DE ATENÇÃO AO IDOSO EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Com as previsões de, até 2020, o Brasil se incluir no rol dos seis países do mundo com maior expressividade do contingente populacional idoso, quando mais de 13% de sua população terá mais de 60 anos de idade, surge o iminente desafio de dar a todos o atendimento necessário para a manutenção da qualidade de vida. O principal desafio é garantir direito básico a população de baixa renda e escolarização, promovendo um envelhecimento com melhores condições, além de trabalhar pela reinserção na sociedade dos que hoje se encontram nesta faixa etária.

Elisa Costa, presidente da *Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia* (SBGG), defende a idéia de que se faz necessário trabalhar com os órgãos governamentais, estabelecendo diretrizes em relação à saúde, ao trabalho do idoso, aos benefícios da seguridade social, bem como proteção em relação a maus-tratos e garantia de direitos básicos como alimentação, moradia, saúde e transporte. Segundo ela, isto será feito a partir do que já foi traçado na Conferência de Madri, a segunda realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2002. (COSTA, apud CAMACHO, 2005)

Márcia Lopes, Secretária Nacional de Assistência Social, lembrou da importância do envelhecimento da população, como sinônimo do aperfeiçoamento tecnológico e da melhoria das condições de vida, alertando que é preciso haver uma política que atenda à necessidade da população idosa, pensando no seu futuro. (LOPES, apud CAMACHO, 2005)

Vitória a Conquista poderá ser considerada como um município privilegiado por possuir um sistema de atenção à pessoa idosa bem estruturada e ofertando serviços nas esferas governamentais e pela sociedade civil/filantrópica, restando a empresas mercantis perceberem a importância de aperfeiçoarem seus serviços e produtos para cada dia que passar atingirem de forma precisa e eficiente esse segmento de cliente que segundo os estudos realizados possui tendência de crescimento.

3 CONCLUSÃO

Este trabalho monográfico revela alguns aspectos que envolvem o envelhecimento populacional e as principais causas desse fenômeno buscando a relevância do sistema de atenção ao idoso e suas interfaces com a economia local. O objetivo foi demonstrar que tais serviços possuem a propriedade de dinamizar a economia local e promover o crescimento e desenvolvimento de uma cidade ou região.

A hipótese utilizada levou em consideração de que os recursos que são destinados aos serviços de proteção, amparo social, aposentadorias, orientação e cuidados diretos com os idosos, possuem papel relevante para a economia de Vitória da Conquista, podendo também servir de referencial e modelo para avaliar a importância dos idosos em outras cidades de porte menor ou maior.

A partir de teorias como a da transição demográfica foi explicado o fenômeno que está projetando as mudanças na pirâmide etária brasileira; depois, utilizando a teoria keynesiana do multiplicador monetário, procurou-se demonstrar os efeitos dos gastos dos idosos sobre a renda disponível na economia de Vitória da Conquista.

No aspecto microeconômico foram demonstrados quais os principais gastos com o serviço de atenção ao idoso, que no presente trabalho foi utilizado o exemplo de uma instituição asilar, buscando evidenciar quais os setores econômicos mais sensíveis ao consumo deste tipo de instituição.

Ao demonstrar a importância dos gastos governamentais com a pessoa idosa, buscamos explicar que quando houver ações que visem a melhoria nos serviços de atenção ao idoso e melhorias nas políticas públicas, tais ações irão refletir no aumento da renda disponível na economia local, aumento do emprego de mão-de-obra qualificada na prestação de serviços aos idosos e por consequência um aumento na demanda dos demais setores da economia local que estarão interligados com os setores beneficiados diretamente com tais políticas.

O aumento do PIB é um indicativo de que os gastos públicos com os idosos promovem dinamização da economia, deixando de serem considerados um peso para a sociedade para se transformarem em agentes de distribuição de renda

nacional, além de estar a eles associados os recursos que eles, os idosos, acumularam durante sua vida produtiva, através de contribuição à previdência social, impostos e acumulação de bens.

Muitos pesquisadores já estão se aprofundando no assunto, produzindo artigos científicos e pesquisas que começam a demonstrar a importância que esse tecido social, de grande peso social e familiar, vem se tornando agente de equilíbrio de uma economia e da unidade familiar.

Se considerarmos somente a renda de um único idoso, o valor pareceria insignificante; mas, ao verificarmos o montante pago a título de aposentadoria e benefício social pelo INSS aos idosos residentes na cidade de Vitória da Conquista no período de 2008, percebemos que tal soma de recursos chegou a ser superior ao orçamento municipal para o mesmo período, tornando-se um valor bastante expressivo.

Ao se comparar o montante pago aos idosos e o orçamento municipal, observamos que os recursos se diferenciam pela sua origem. Enquanto o município capta seus recursos através de cobrança de repasses, convênios, impostos, serviços e taxas, alguns desses recursos são originadas do próprio município, caracterizando assim uma redistribuição de rendas no âmbito local, enquanto que a origem dos repasses destinados aos idosos são do âmbito federal, caracterizando como ingresso de novos recursos no município.

As transferências de renda feita por incentivo governamental é considerada uma das formas de alavancagem do crescimento dos municípios, como é o caso dos valores pagos a título de benefícios sociais, bolsa família e outros programas de transferência de renda.

Verifica-se que esta monografia revela alguns dados acerca do sistema de atenção aos idosos, algo que, até a presente data, não havia sido levado a conhecimento público, de forma a mostrar: quantos empregos diretos são gerados no sistema de atenção, quantidade de mão-de-obra qualificada é empregada, participação dos idosos no faturamento do segmento de farmácias no município, valores arrecadados e gastos por uma instituição asilar (Longa Permanência) e quantos empregos diretos tal instituição gera no município, assim como o efeito do multiplicador monetário sobre os repasses destinados aos idosos.

A teoria econômica indica que as classes mais pobres possuem uma maior propensão marginal a consumir, enquanto as classes mais ricas possuem uma propensão menor a consumir, evidenciando o idoso, que recebe um salário mínimo como aposentadoria ou benefício social, gasta quase toda sua renda com produtos e serviços, influenciando na demanda local.

No que concerne a apuração dos valores repassados pela esfera governamental na cidade de Vitória da Conquista, destacamos que os valores contemplaram os valores pagos via INSS oriundos do governo federal, não sendo contemplados os valores pagos pela esfera governamental estadual que mesmo não obtendo tais informações, julgamos que também são significantes, pois identificamos um quantitativo razoável de servidores estaduais aposentados e pensionistas residentes em Vitória da Conquista.

No que tange as questões sociais ficou evidenciado que o município de Vitória da Conquista dispõe da maioria dos serviços de atenção ao idoso, cabendo ressaltar que a oferta de tais serviços não acompanha o crescimento da população idosa, cabendo reflexões e atitudes proativas dos segmentos envolvidos na elaboração das políticas públicas objetivando sanar tais deficiências.

Vitória da Conquista por representar o 5º município em porcentagem de idosos no contingente populacional, ao mesmo tempo em que beneficia a economia local com esta condição, terá que enfrentar os desafios de avaliar constantemente a participação do segmento idoso na economia local, abrindo várias janelas de oportunidades para as adequações nas políticas públicas, nos programas de redução da pobreza e redistribuição de renda

Frente às considerações realizadas, concluímos que o idoso vem contribuindo significativamente na economia local e se tornando agente de equilíbrio econômico e familiar, cabendo a reflexão sobre o papel de cada estância da sociedade na busca de melhores condições de vida para eles.

REFERÊNCIAS

ACURCIO, F. A. et al. 2007. Composição dos gastos privados com medicamentos utilizados por aposentados e pensionistas com idade igual ou superior a 60 anos em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1423-1430, jun. 2007. Disponível em: www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000600017&lng=pt. Acesso em: 09 jun. 2008.

ALVES, J. E. D. ; BRUNO, M. A. P. . População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica?. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Campinas: ABEP, 2006.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação de estratégias alternativas (à guerra fiscal). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 23., 1995, Salvador. **Anais...** Salvador: Anpec, 1995.

ALMEIDA, A. N. de. Determinantes do consumo das famílias com idosos e sem idosos com base na pesquisa de orçamentos familiares 1995/96. 2002. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências, Economia Aplicada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/alexandre.pdf>. Acesso em: 20 out. 2008.

ARAÚJO, Antônio Elgma. **Políticas Públicas**. Disponível em: http://www.ce.sebrae.com.br/paginas/produtos_servicos/politicas_pub.php.. Acesso em: 04 maio 2008.

AUGUSTO, M. 2008. O Idoso participa, sim, da renda familiar. **Revista Eletrônica Idade Ativa**. Disponível em: <http://pt.shvoong.com/humanities/1737331-idoso-participa-sim-da-renda/>. Acesso em: 03 maio 2008.

_____, _____. Os impactos Sociais da Velhice. **Revista Eletrônica Idade Ativa**, 2004. Disponível em: https://www.techway.com.br/techway/revista_idoso/economia/economia_ademar.htm. Acesso em: 03 maio 2008.

BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. 2004. **Mudanças nas condições de vida dos Idosos Rurais brasileiros**: resultados não-esperados dos avanços da Seguridade Rural. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO (ALAP), 1., 2004, Caxambu, MG. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1066.pdf. Acesso em: 09 jun. 2008.

BOISIER, S. Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia Regional**: Teorias e Métodos de Análise. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.

BRASIL. Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa. In: Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. 1, 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: LGE Editora, 2006.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**, BRASÍLIA, nov. 2004. Disponível em:
http://www.servicosocial.ufsc.br/ferramentas/ferramentas/upload/arquivos/d/pnas_final.pdf. Acesso em: 12 jun. 2008.

_____. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994. **Política Nacional do Idoso**, BRASÍLIA, 4 jan. 1994. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L8842.htm> Acesso em: 02 abr. 2008.

_____. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**, BRASÍLIA, DF, 02 out. 2003. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/web/relatorios/destaques/2003057RF.pdf>. Acessado em: 02 abr. 2008.

CAFFÉ, Jorge Tadeu Dantas; GÓIS, Zélia Abreu. Características gerais dos gastos e dos rendimentos das famílias brasileiras e baianas. **BAHIA ANÁLISE & DADOS**, Salvador, v. 16, n. 3, p. 495-504, dez. 2006.

CAMACHO, Keite. Brasil tem desafio de garantir Políticas públicas para Idosos. **Jornal Vivência**. Santa Catarina, p. 9, fev. 2005. Disponível em:
http://www.neti.ufsc.br/downloads/jornal_vivencia_net_i_ufsc_marco2005.pdf. Acesso em: 02 maio 2008

CAMARANO, Ana Amélia. *Envelhecimento da população brasileira*: uma

contribuição demográfica. In: FREITAS, E. V. de et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: GUANABARA, 2002. Cap. 6, p. 58-71.

CHEIN, Karla. A Importância do Idoso na economia brasileira. **Revista Eletrônica Idade Ativa**. Disponível em: http://www.techway.com.br/techway/revista_idoso/economia/editoria_economia.htm. Acesso em: 02 maio 2008.

FERNANDES, M. G. M.; SANTOS, S. R.. Políticas públicas e direitos do idoso: desafios da agenda social do brasil contemporâneo. **Achegas**, Rio de Janeiro, n. 34, mar.abr. 2007. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/34/idoso_34.pdf. Acesso em: 05 maio 2008.

GUIMARÃES, J. R. S. **Envelhecimento populacional e oportunidades de negócios**: um estudo de caso do potencial de mercado da população idosa. Campinas, 2005. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_540.pdf. Acesso em: 12 abr. 2008

_____, _____. Mudanças sociodemográficas recentes no estado da Bahia: oportunidades e desafios para o desenvolvimento. **BAHIA ANÁLISE & DADOS**: Salvador, v. 16, n. 3, p. 469-481, dez. 2006

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>. Acesso em: 10 jun. 2008.

_____. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2002/conceitos.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2008.

INSS. **Dados de repasses do INSS e do Ministério de Ação Social**. 2002.

KALECKI, M. (1942). **Crescimento e Ciclos das Economias Capitalistas**. São Paulo: HUCITEC, 1977.

MARTINS, Ademar. A questão do Idoso e a Política no Brasil. **Revista Eletrônica**

Idade Ativa, 2004. Disponível em: http://www.techway.com.br/techway/revista_idoso/economia/editoria_economia.htm. Acesso em: 02 maio 2008.

MENDONÇA, Jurilza Maria Barros. **Políticas do Ministério da Previdência e Assistência Social**. 1999. Disponível em: www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/66.rtf. Acesso em: 05 maio 2008.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA TERCEIRA IDADE. Sustento de famílias nas mãos dos idosos. **Jornal Vivência**. Santa Catarina, p. 6, fev. 2005. Disponível em: http://www.neti.ufsc.br/downloads/jornal_vivencia_neti_ufsc_marco2005.pdf. Acesso em: 24 abr. 2008.

PORTO, Mayla Yara. Direitos dos Idosos. **Revista Eletrônica Idade Ativa**, 2004. Disponível em: http://www.techway.com.br/techway/revista_idoso/politica/politica_mayla.htm. Acesso em: 24 abr. 2008

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. **Informações econômicas Municipais**, 2005.

SAAD, P. M. Envelhecimento Populacional: Demandas e possibilidades na área de saúde. In: WORKSHOP DEMOGRAFIA DOS NEGÓCIOS, Salvador. **Anais...** Campinas: ABEP, 2005.

SOUSA, L. G. **Economia Brasileira**: Ensaios. Campina Grande: Independente, 1996 (Apostila). Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/libreria/2004/lgs-ens/index.htm>. Acessado em: 01 jul. 2009

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Dados demográficos**. 2008. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/> Acesso em: 12 jul. 2008.

TRANSIÇÃO Demográfica. **Wikipédia**, 2009. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Transi%C3%A7%C3%A3o_demogr%C3%A1fica. Acesso em: 18 jul. 2009.

VERAS, Renato. Em busca de uma assistência adequada à saúde do idoso: revisão da literatura e aplicação de um instrumento de detecção precoce e de previsibilidade de agravos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n 3, p. 705-715, jun. 2003. Disponível em: http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000300003&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 09 jun. 2008.

APÊNDICES

FIGURA 2

FLUXO DA RENDA PROMOVIDA PELO IDOSO

